

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Rafael Balseiro Zin

Maria Firmina dos Reis:

a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2016

Rafael Balseiro Zin

Maria Firmina dos Reis:

a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista

Dissertação apresentada à banca examinadora
como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais, pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Miguel Wady Chaia

São Paulo

2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Miguel Wady Chaia (PUC-SP)

Profa. Dra. Rosemary Segurado (PUC-SP)

Profa. Dra. Ligia Fonseca Ferreira (Unifesp)

(...) à *Cristiane Laudemar Rodrigues*,
musa de ébano do século XXI,
em continuação.

AGRADECIMENTOS

Todo e qualquer trabalho de natureza intelectual não é possível de ser realizado sem que, nele, haja a contribuição e o envolvimento de uma dada coletividade. Em meio ao longo caminho que uma empreitada como essa sugere, no entanto, os desafios e conquistas oriundos da atividade de pesquisa devem ser encarados, sem alardes, como pressupostos do fazer científico. Por tal motivo, nas linhas a seguir, reservo apenas algumas breves palavras e os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de perto ou de longe, me acompanharam e me incentivaram durante esse percurso.

Ao meu querido orientador, professor Miguel Wady Chaia, companheiro de reflexões e de estudos, pela confiança depositada, por todo carinho e dedicação que teve comigo e por ter me aberto caminhos teóricos e metodológicos que fizeram com que a realização dessa dissertação se tornasse mais leve e mais prazerosa. Tenho por você, Miguel, profundo respeito e admiração.

À professora Norma Abreu Telles (PUC-SP), pioneira nas ciências sociais nos estudos acerca das escritoras brasileiras oitocentistas, cuja atenção e cuidado me fizeram ter mais segurança e determinação, além de ter me agraciado com um raro exemplar, em livro, sobre a vida e a obra de Maria Firmina dos Reis, sem o qual, a condução dessa pesquisa teria sido bastante dificultada.

À professora Ligia Fonseca Ferreira (Unifesp), intelectual engajada, atenta e precursora, em muitos aspectos, das reflexões que ora apresento. A cada novo encontro que a vida nos oferecia, minhas indagações com relação a esse e outros assuntos aumentavam, o que me fez ter mais fôlego e força de vontade para a realização desse trabalho.

À professora Rosemary Segurado (PUC-SP), que vem me acompanhando desde o primeiro ano de graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, por estar sempre presente e disposta a compartilhar saberes, afetos e sorrisos. Se galguei degraus mais altos na escalada da vida, Rose, boa parte é porque me espelho em você e na sua maneira de lidar com as pessoas e com o mundo ao seu redor.

Ao professor Eduardo de Assis Duarte (UFMG), a quem devo meus primeiros contatos com a produção literária de Maria Firmina dos Reis, pela forma solidária com que transmite o conhecimento às novas gerações e por ser um pensador, para além da academia, preocupado com os processos de transformação social através da literatura.

Aos professores Mário Augusto Medeiros da Silva (Unicamp), Cláudio Costa Pinheiro (UFRJ), Bernardo Buarque de Hollanda (FGV-SP), João Marcelo Ehlert Maia (FGV-Rio), Vinícius Mariano de Carvalho (*King's College London*) e Wander Melo Miranda (UFMG), pelas leituras críticas e pelos ricos e frutíferos apontamentos direcionados ao projeto inicial dessa pesquisa, que foi apresentado e debatido na 4ª e na 5ª edição do *Ateliê do Pensamento Social*, evento de fundamental importância para jovens pesquisadores, como eu, organizado pelo Laboratório de Pensamento Social da Fundação Getúlio Vargas, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e que muito contribuíram para o aprimoramento de minhas inquietações iniciais e para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Às professoras Isabela Oliveira e Sonia Nussenzweig Hotimsky, pelas sugestões de leitura, proposições de abordagem teórico-metodológicas e demais contribuições críticas feitas ao pré-projeto dessa pesquisa, que foi apresentado e debatido durante as atividades do seminário em comemoração aos oitenta anos de criação da então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ocorrido, em 2013, na cidade de São Paulo.

Aos demais professores e professoras da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, de ontem e de hoje, pelos quais nutro um permanente carinho e admiração e por terem sido os responsáveis diretos pela minha formação primeira em ciências sociais: Adalton José Marques, Aldo Fornazieri, Carla Diéguez, Caroline Freitas, Daniela Vieira dos Santos, Eliana Asche, Flávio Rocha, Gabriel Pugliese, Irene Maria Barbosa, Ivan Russeff, José Paulo Guedes Pinto, José Paulo Martins Junior, Luiz Augusto Contador Borges, Marcos Tarcisio Florindo, Maria Cecília Turatti, Maria Palmira da Silva, Marta de Aguiar Bergamin, Moisés Marques, Paulo Silvino Ribeiro, Sergio Luís Braghini, Rafael Araújo, Rogério Baptistini, Roseli Coelho, Rui Tavares Maluf, Stella Christina Schrijnemaekers e Suhayla Khalil.

Aos professores e professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PEPGCSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pelos momentos de troca e pela calorosa acolhida que tiveram comigo ao longo do curso: Ana Amélia da Silva, Carmen Junqueira, Guilherme Simões Gomes Júnior, Maura Pardini Bicudo Vêras, Teresinha Bernardo, Vera Lúcia Michalany Chaia e, especialmente, à Carla Cristina Garcia, que me despertou constantes questionamentos e por ter me ensinado que determinados problemas podem ser solucionados de melhor maneira a partir do momento em que nos permitimos trocar as lentes de observação das várias realidades sociais.

Aos pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), do qual faço parte, por me servirem como fonte de inspiração e como referência intelectual, em particular, aos meus queridos Rodrigo Estramanho de Almeida, Tathiana Senne Chicarino e Cristina Maranhão, que acompanharam, de perto, a realização desse e de outros trabalhos e por estarem sempre dispostos e a postos para reflexões em conjunto e bons momentos de conversa.

Aos funcionários da secretaria acadêmica do PEPGCSO da PUC-SP, Rafael Diego Garcia e Katia Cristina da Silva, por todo o apoio que me deram ao longo do curso, por todas as dúvidas esclarecidas, pelo comprometimento com a administração burocrática de nossas demandas cotidianas e por terem me recebido de braços abertos e com o sorriso no rosto, todas as vezes que precisei de seus cuidados.

Aos alunos e alunas ingressantes, em 2014, nas turmas de mestrado e de doutorado em ciências sociais do PEPGCSO da PUC-SP, pelo estímulo, companheirismo e paciência. Em especial, agradeço à Alessandra Félix de Almeida, Toni D'Agostinho, Natalia Semino, Patrícia Cucio Guisordi, Felipe de Queiroz Braga, Krisna Batista Ribeiro, Thiago Tifaldi, Cristiana Felipe, Paulo Cadette Junior, Adriana Bibini e Rodrigo Dionisi Capelli, por dividirem comigo os momentos mais divertidos dessa caminhada.

Aos amigos Daniel de Lucca, Natalia Negretti, Renato Canova, Juliana Lorencini, Filipe Cordeiro, Aline Rocha de Souza, Bruno Teixeira Martins, Bruno Barros Rocha, Terine Husek Coelho, Nathalia Oliveira, Karina Lima, Marcos Paulo Amorim, Carlos Rogério Duarte Barreiros, Cidinha da Silva, Rafael Galante, Dulci Lima, Silvane Aparecida da Silva, Sérgio Roberto Cardoso e Renato Botão, que, durante o mestrado e em diversas outras oportunidades, sempre me estimularam, apresentando sugestões de leitura, novas formas de abordagem epistemológica e instigantes possibilidades de interpretação da obra literária, sempre em diálogo com as ciências sociais. A vocês eu ofereço todo o meu carinho.

Aos meus mais novos parceiros, com quem trabalho no Centro de Memória e Acervo Histórico da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por terem me recebido com atenção e cuidado e por terem, sem saber, tornado essa dupla jornada, já na fase final de escrita da dissertação, muito mais agradável e divertida. São eles: Diógenes Nicolau Lawand, Elis Rabelo dos Santos, Felipe de Andrade Sanches, Mariana Costa Chazanas, Maristela Cabral de Lira, Marlucia Naves Lemos, Mirela Geiger de Mello, Sidnei Sauerbronn e Thayne Nicolau dos Santos. Particularmente, agradeço à Maria Cristina Noguero Catalan, nossa diretora, pela sensibilidade e pela generosidade que acompanham cada passo seu.

À Renata Tomasi, companheira de aventuras, por ter me permitido compreender que o verdadeiro afeto é capaz de superar quaisquer adversidades e por estar sempre pronta para me ouvir e para me aconselhar, sobretudo, nos momentos de maior confusão e de incertezas, que não costumam ser poucos. Sem o seu carinho e sem a sua ternura, meu amor, a vida não teria a mesma graça.

Quanto à família, agradeço à minha mãe, Leonie Isildinha Balseiro, que, até hoje, mesmo sem entender ao certo as razões que movem as minhas escolhas, jamais colocou empecilhos para que eu as realizasse. Todas as palavras do mundo seriam poucas para expressar a minha admiração e a minha gratidão por você, mãe.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos e pelos demais auxílios financeiros, sem os quais, a minha permanência no curso de mestrado e a realização dessa pesquisa teriam sido, praticamente, impossíveis.

Com vocês, queridos, compartilho a alegria dessa experiência e um retrato da trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, *a mais ilustre das maranhenses!*

“A recuperação da história da participação política das mulheres não é um exercício cujo objetivo seja, apenas, o de documentar ou de comprovar uma participação feminina, isolada, separada dos homens, ou de cultuar alguma heroína até então desconhecida. É, antes, o de fazer entender a participação de homens e mulheres [*brancos e negros*]¹ num processo comum”.

Maria Lucia de Barros Mott (1988)

¹ Grifo meu.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma investigação acerca da trajetória intelectual da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a partir da análise de registros biobibliográficos e de fragmentos literários extraídos do romance *Úrsula*, publicado em 1859; do conto *Gupeva*, de 1861-2; e do conto *A escrava*, de 1887, com o intuito de alcançar, criticamente, os sentidos que a autora atribuiu à causa abolicionista em vigência naquele momento. Uma empreitada como essa, logo, permite o deslocamento da obra literária para uma pesquisa em ciências sociais, mais especificamente, numa perspectiva interdisciplinar, que dialoga os estudos literários com os estudos de pensamento social brasileiro. Nessa direção, a literatura assume relevância como um objeto privilegiado de investigação, capaz de atravessar o tempo e de oferecer ao pesquisador pistas significativas sobre o pensamento político da escritora, as formas como aqueles sujeitos viviam em sociedade e, não menos importante, a maneira como lidavam com as questões mais latentes de sua geração.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; trajetória intelectual; Brasil; século XIX.

ABSTRACT

The present study aims to carry out an investigation about the intellectual trajectory of Maranhão's writer Maria Firmina dos Reis (1825-1917), from the analysis of bi-bibliographical records and literary fragments taken from the novel *Úrsula*, published in 1859; *Gupeva* tale, 1861-2; and the tell *A escrava*, 1887, with the purpose of achieving, critically, the senses that the author has assigned to the abolitionist cause in effect at that time. A venture like this, soon, allows the offset of the literary work for a social science research, more specifically, in an interdisciplinary perspective, who converses the literary studies with studies of brazilian social thought. In this direction, the literature assumes significance as a privileged object of investigation, able to cross time and offer the researcher significant clues about the political thought of the writer, the ways that group of people lived in society and not least, the way they dealt with the underlying issues of its generation.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; intellectual trajectory; Brazil; 19th century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 14

1. FRAGMENTOS DE UMA VIDA, 23

1.1. A imprensa literária no Maranhão oitocentista, 29

1.2. Trilhando caminhos, 41

2. COM A PALAVRA, “UMA MARANHENSE...”, 48

2.1. *Úrsula*, “romance original brasileiro”, 50

2.2. Uma breve digressão indianista, 61

2.3. A consolidação de uma literatura abolicionista, 67

3. A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR, 75

3.1. O Maranhão na segunda metade do século XIX, 77

3.2. Maria Firmina dos Reis e as ideias de sua geração, 81

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 88

REFERÊNCIAS, 90

Obras de Maria Firmina dos Reis

Obras sobre Maria Firmina dos Reis

Teses e dissertações sobre Maria Firmina dos Reis

Bibliografia



Maria Firmina dos Reis²
(São Luís, 1825 – Guimarães, 1917)

² Essa imagem, disponibilizada no livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de José Nascimento Morais Filho (1975), é a reprodução do carimbo comemorativo criado em homenagem ao sesquicentenário de nascimento da escritora e que foi lançado, solenemente, em 11 de outubro de 1975, na cidade de São Luís, no jardim do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Trata-se de uma marca filatélica, produzida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com tempo determinado de utilização e que se destina a difundir o trabalho de relevantes personalidades e instituições, bem como assinalar um dado acontecimento, destacando, comumente, o motivo, a legenda, a data e o local de sua emissão. O detalhe da parte inferior, que representa um grilhão de ferro sendo rompido, é marca significativa da campanha abolicionista que Maria Firmina dos Reis empreendeu através de sua literatura.

INTRODUÇÃO

Em 13 de maio de 1861, exatos vinte e sete anos antes da escravidão ter sido formalmente abolida no Brasil, o jornal maranhense *A verdadeira marmota* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), periódico recreativo e de cunho literário, em plena circulação na cidade de São Luís, capital da então província do Maranhão, trazia a público a seguinte nota:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias.

Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland³, uma Staël⁴, uma Sand⁵, uma H. Stowe⁶, que vale cada uma delas mais do que bons escritores; porque reúne à graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir.

Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação acanhada que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se no mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula.

O aparecimento do romance “ÚRSULA” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito.

Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores.

³ Marie-Jeanne Roland de la Platiere (Paris, 1754 – Paris, 1793), mais conhecida como Madame Roland, foi partícipe da Revolução Francesa e membro influente do grupo girondino. Escreveu diversos textos de cunho político, que refletiam sobre o papel das mulheres naquela sociedade, com base nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade.

⁴ Anne-Louise Germaine Necker (Paris, 1766 – Paris, 1817), baronesa de Staël-Holstein, mais conhecida como Madame de Staël, foi uma romancista e ensaísta francesa, que, assim como Madame Roland, incorporou o espírito do Iluminismo francês em seus escritos.

⁵ George Sand, pseudônimo masculino de Amandine Aurore Lucile Dupin (Paris, 1804 – Nohant, 1876), conhecida, também, como baronesa Dudevant, foi uma aclamada romancista e memorialista francesa, considerada pela crítica como uma das precursoras do movimento feminista no século XIX.

⁶ Harriet Elizabeth Beecher Stowe, nascida Harriet Elizabeth Beecher (Litchfield, 1811 – Hartford, 1896), foi uma abolicionista e escritora estadunidense, autora do famoso romance *A Cabana do Pai Tomás*, publicado, em fascículos, entre 1851 e 1852, no jornal antiescravista *The National Era* (GUIMARÃES, 2013, p. 422). Por ter sido um dos grandes fenômenos literários do século XIX, acabou servindo como fonte de inspiração para que muitas mulheres, em várias partes do mundo, se lançassem nas aventuras da escrita.

As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intrincado que se prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula.

Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém.

A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas.

Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vêm dar todo o brilho e realce à nossa “Marmota”, que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto.

A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental – a mulher.

O belo sexo não deve viver segredado de tão sublime arte – os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; – toma a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe aos brilhantes voos.⁷

Bastante sintomática no que diz respeito às reflexões que serão apresentadas ao longo dessa dissertação, essa nota, reproduzida, aqui, em sua íntegra, para além de trazer elementos que nos ajudam a compreender alguns dos aspectos que circundam a *trajetória intelectual*⁸ de nossa protagonista, diz muito sobre a realidade das mulheres escritoras no Brasil oitocentista. As dificuldades de inserção no meio literário, seja pela baixa escolaridade, seja pelos estigmas a elas atribuídos; o lugar social destinado ao sexo feminino, que era impedido de transitar em determinados espaços de fala e de poder; além do analfabetismo crônico⁹,

⁷ Dessa transcrição em diante, todos os textos e excertos extraídos de periódicos e demais documentos de época serão reproduzidos em conformidade com as regras estabelecidas pelo novo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, sobretudo, no que diz respeito à ortografia e acentuação.

⁸ Por intelectual, seguindo as linhas de interpretação de Antonio Gramsci (1968) e de Edward Said (2005), refiro-me àquela pessoa pública, formadora de opinião e que participa dos debates caros aos problemas de sua cidade, estado ou país, tanto pela via acadêmica quanto pela literária, ou mesmo na imprensa, tendo, como uma de suas prerrogativas, o questionamento do *status quo*, dos estereótipos e das categorias redutoras, que tanto limitam a capacidade de pensar e a comunicação humanas. Por trajetória intelectual, ainda, compreende-se o estudo do pensamento de um dado intelectual, em relação aos movimentos políticos, culturais, estéticos e científicos de sua geração, levando-se em consideração a dimensão histórico-social que suas ideias atingem e em que estão inseridas.

⁹ Embora a legislação do Império, a partir da promulgação da Lei de Instrução Pública, de 15 de outubro de 1827, assegurasse o acesso à escolarização, com a criação de cursos primários nas localidades mais populosas – e que eram voltados, inclusive, às meninas –, a taxa de analfabetismo no Brasil atingia, já na segunda metade

que assolava boa da população brasileira, por si, somente, já evidenciam o árido terreno em que as autoras estavam inseridas. A criação artística, de acordo com os valores estabelecidos na época, era atividade predominantemente masculina, cabendo ao “belo sexo”, ao “sexo amável”, confinar-se no interior da família e ocupar-se do matrimônio, da maternidade e das tarefas domésticas, aos quais havia sido destinado “pela própria natureza e pela autoridade divina” (RAGO, 2012, p. 15). As mulheres eram ensinadas, desde cedo, a respeitar suas “limitações” e a não se meter em certas atividades, fazendo com que muitas delas deixassem de se enveredar pelo universo da escrita ou mesmo da política. O imaginário sobre o corpo, a sexualidade e a identidade femininas, por sua vez, cuja base de significação era e continua sendo profundamente essencialista, operava como um impeditivo simbólico bastante eficaz.

Ainda hoje, apesar de todos os avanços e conquistas oriundos das reivindicações históricas dos movimentos feministas no Brasil e no mundo, bem como o significativo aumento de mulheres intelectuais em todas as áreas do saber e nas artes ocorrido nas últimas décadas, o acesso a um conhecimento mais arraigado acerca da produção literária empreendida por nossas antepassadas continua sendo bastante complicado (RAGO, 2012, p. 14-15). Mesmo considerando o importante trabalho de pesquisadoras brasileiras que, a partir dos anos 1980, se debruçaram sobre o tema com dedicação e afinco, como Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012), Luiza Lobo (1993, 2006 e 2011) e Zahidé Muzart (1999, 2004 e 2009), para ficarmos nas mais representativas, vinculadas à linha de pesquisa comumente denominada como *resgate*, nem sempre é possível encontrar disponíveis suas obras, uma vez que o mercado editorial voltado para a publicação de estudos científicos no país ainda se depara com grandes dificuldades de se estabelecer e de espriar esse conhecimento para o conjunto da sociedade. De todo o modo, a despeito desse cenário, atualmente sabemos que, em meio ao turbilhão da *dominação masculina*¹⁰, não foram poucas as escritoras que lutaram para ver em circulação seus contos, artigos e demais textos. E é justamente sobre a trajetória intelectual de uma dessas mulheres que o presente estudo se inclinará.

do século XIX, mais de 80% da população. Constância Lima Duarte (2016, p. 39), ao aprofundar essas informações, constata que: “O Censo de 1872, o primeiro a ser realizado no Império, oferece dados interessantes para se conhecer melhor o país. O analfabetismo, por exemplo, era regra. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta (...). Dentre os escravos, apenas 1.403 sabiam ler e escrever, sendo que 329 estavam na Corte, e os demais em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Mas em percentuais, ficava abaixo do 1%. Ao todo, o país, tinha 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres”.

¹⁰ De acordo com Pierre Bourdieu (2003), trata-se de um tipo de dominação exercida pelos homens sobre as mulheres e que se estabelece, se “naturaliza” e se seculariza, fazendo com que os atores sociais envolvidos no processo percam de vista a sua constituição proveniente de um processo histórico específico, que, enquanto tal, é passível de mudanças.

Úrsula, que pode ser considerado o primeiro romance de autoria negra e feminina do Brasil¹¹, além de ser o primeiro de cunho abolicionista, foi publicado, originalmente, em 1859, na cidade de São Luís. É, também, o romance inaugural da chamada *literatura afro-brasileira*¹². Possivelmente, por conta de seus ineditismos e pelo prestígio alcançado pela autora no Maranhão, logo se transformou em “um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito”, como anuncia a nota publicada, dois anos depois de seu lançamento, pelo jornal *A verdadeira marmota* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). A partir de então, Maria Firmina dos Reis passa a colaborar sistematicamente na imprensa local com suas criações, tendo maior destaque, entre outros textos, os contos *Gupeva*, de 1861-2, e *A escrava*, de 1887, além de um livro de poesias intitulado *Cantos à beira-mar*, de 1871. Proveniente das massas, mas não se dirigindo necessariamente para elas, a escritora encontrou na literatura uma forma de expressão estética, mas, sobretudo, política. Até porque, mesmo não tendo vivido sob a condição de cativa, assistiu de perto as mazelas da escravidão, o que fica evidente em boa parte de seus trabalhos.

Firmina, que aparece ao lado da famosa plêiade de autores maranhenses oitocentistas, como Gonçalves Dias (1823-1864); os irmãos Artur de Azevedo (1855-1908) e Aluísio Azevedo (1857-1913); Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), o Sousândrade; além de seu primo materno, o gramático Sotero dos Reis (1800-1871); e do tradutor de *Homero*, Odorico Mendes (1799-1864), com o passar do tempo, supera a exclusão a que foram relegados tanto

¹¹ Os marcos que caracterizam o pioneirismo e a originalidade das escritoras brasileiras permeiam um campo em permanente disputa e que ainda não dispõe de uma solução definitiva. Todavia, a título de esclarecimento, de acordo com Luiza Lobo (2006, p. 193-196), devemos excluir como primeira romancista brasileira a gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, uma vez que *O ramalhete; ou flores escolhidas no jardim*, publicado em 1845, é um livro de conto e de poesia. Já a catarinense Luísa de Azevedo Castro, seria autora de uma novela, *Dona Narcisa de Villar*, publicada em 1859, ainda que seu livro seja classificado como romance por outros pesquisadores, como Marisa Lajolo (2004, p. 55). A inclusão do nome de Teresa Margarida da Silva e Orta (ou Horta) na historiografia literária brasileira, autora de *As aventuras de Diófanos*, de 1752, para Luiza Lobo, é o fato mais inaceitável, visto que, apesar de ter nascido em São Paulo, a escritora era filha de portugueses e partiu do Brasil com a família, aos cinco anos de idade, sem jamais ter voltado. Finalmente, no caso da potiguar Nísia Floresta, não se pode considerar como um romance a tradução de um ensaio, alguns artigos de jornal ou seus dois livros, classificados pela crítica como literatura de viagem.

¹² Luiza Lobo (1993, p. 222) afirma que um dos aspectos primordiais que caracteriza essa vertente literária é o fato dela ter surgido no momento em que o negro passa de objeto a sujeito da criação, deixando de ser tema para autores brancos e registrando a sua própria visão de mundo. Eduardo de Assis Duarte (2014, p. 41), por sua vez, esclarece que a literatura afro-brasileira é “um conceito em construção, processo e devir. Além de segmento e linhagem, é componente de amplo encadeamento discursivo. Ao mesmo tempo, dentro e fora da literatura brasileira. Constitui-se a partir de textos que apresentam temas, autores, linguagens, mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado à afrodescendência, com fim e começo”.

seus irmãos de cor quanto as mulheres, para cumprir “uma função distinta e outra na arena discursiva em que literatura, cultura e política se mesclam, em meio às tensões que vão construindo os vários rostos do país recém-saído da independência” (DUARTE, 2009, p. 277). É interessante observar, no entanto, que, mesmo tendo se mantido ativa na produção literária durante toda a vida, o conjunto de sua obra ficou esquecido por quase um século, tendo sido devidamente recuperado por pesquisadores brasileiros somente a partir da década de 1960¹³.

As ideias de Maria Firmina dos Reis abrem possibilidades para diferentes tipos de abordagem e de interpretação, seja no campo das ciências sociais, seja no campo dos estudos literários ou mesmo na hibridização entre ambos. Tomar contato com seus textos e com o conjunto de seu pensamento, enquanto cidadã do Império e participante ativa da vida cultural maranhense oitocentista, logo, é surpreender-se com a determinação e o espírito aguerrido de uma mulher que, em pleno século XIX, revela sua sensibilidade artística através da força das palavras. Denunciando as injustiças enraizadas por pouco mais de três séculos na sociedade escravagista brasileira, que fazia dos africanos e dos afrodescendentes escravizados suas principais vítimas, a autora lança um olhar para a questão da abolição, não sob um prisma universalista, europeizado e distante do cotidiano, mas, justamente, pela perspectiva dos próprios “vencidos” (LOBO, 2011, p. 119), ao mesmo tempo em que deixa explícita sua perturbação com relação à questão racial no Brasil e ao lugar social destinado às mulheres, ambos presentes nas arestas e nas aberturas interpretativas proporcionadas por sua obra.

Levando em consideração esses breves apontamentos, essa pesquisa tem o objetivo de desenvolver uma investigação acerca da trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, a partir da análise de registros biobibliográficos e de fragmentos extraídos do romance *Úrsula* e dos contos *Gupeva* e *A escrava*¹⁴. Importa, aqui, recuperar o empreendimento literário realizado pela autora, buscando alcançar, criticamente, os sentidos que ela atribuiu à causa abolicionista em vigência naqueles tempos. A proposta, conseqüentemente, é delimitar o âmbito das aproximações entre literatura e sociedade, tecendo a apreciação dos conceitos e das classificações presentes nos textos e que podem ser entendidos como

¹³ Os detalhes acerca da redescoberta dos escritos de Maria Firmina dos Reis e de como eles vieram a público estão descritos, com mais cuidado, no primeiro capítulo dessa dissertação.

¹⁴ No que diz respeito ao recorte da pesquisa, esclareço que serão analisados somente os textos de ficção da escritora, com vistas a melhor compreender seu posicionamento e suas ideias acerca da escravidão e da luta abolicionista.

elementos fundamentais para o acompanhamento de todo um percurso de mudanças históricas. Com isso, a literatura assume importância como um objeto privilegiado de problematização, capaz de atravessar o tempo e de oferecer ao pesquisador pistas significativas sobre o pensamento político da maranhense, as formas como aqueles sujeitos viviam em conjunto e, não menos importante, a maneira como lidavam com as questões mais latentes de sua geração.

Para alcançar os objetivos pretendidos, no entanto, alguns caminhos se mostraram mais produtivos. O primeiro deles está na tentativa de aprofundar a análise interna dos textos literários de Maria Firmina dos Reis, por meio de uma leitura sincrônica e de imersão, ou seja, uma leitura que permita a autora falar através de suas narrativas. Tal procedimento consiste em ler cuidadosamente sua obra, com a finalidade de reconstruir as relações entre os demais documentos e autores trabalhados ao longo da pesquisa; a cronologia apropriada dos eventos referidos, o que não significa obedecer a uma linearidade histórica, propriamente; e a relação entre os conteúdos e a forma dos textos da escritora. Em um segundo momento, distante da realidade e da forma, é possível trabalhar com o dispositivo literário de Firmina, que aparece embebido na conjuntura brasileira da segunda metade do século XIX. Seguindo esses procedimentos sugeridos por Antonio Candido (2010, p. 83-98), portanto, o que se pretende é retirar das aberturas interpretativas presentes em seus escritos determinadas representações em que as realidades tanto de *Úrsula*, *Gupeva* e *A escrava*, quanto do Brasil finissecular dos oitocentos, se fundem, tornando-se apenas uma, o que possibilita uma melhor compreensão dos aspectos sociais e artísticos que se refletem, sobretudo, na relação estabelecida entre autor, público e obra.

Em seguida, para empreender uma análise interna dos textos, para compreender a obra em si mesma, bem como sua estrutura, para depois fazê-la emergir à ambiência do período, perseguindo uma caracterização da trajetória intelectual e da profundidade da crítica social de Maria Firmina dos Reis, é possível localizar os marcadores do texto, tais como as noções de abolicionismo, preconceito étnico, discriminação racial e de gênero, ou mesmo a proposição de uma identidade cultural nem branca e nem negra, mas, sim, afro-brasileira, que, nessa perspectiva metodológica, permitem reforçar certas impressões sobre a escritora e sobre suas ideias. Não obstante, seguindo o raciocínio de Lília Schwarcz e de André Botelho (2009, p. 13), essa proposta se transforma em procedimento de pesquisa necessário “para evitar os males do anacronismo, esse problema incontornável, mas que aflige todo aquele que quer se debruçar sobre o passado, com lentes mais adaptadas”. Alfim, a partir do

que é “ficcional” e intrínseco à obra, é preciso externalizar a discussão, percorrendo os rompimentos com o real e, aí sim, partir para a sociologia própria do texto.

Desse modo, em suma, para efeitos de pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos: separar trechos substanciais e analisar, em profundidade, a partir da obra e somente pela obra, os fragmentos selecionados para depois fazer emergir o conteúdo histórico presente em seus escritos, sintetizando a discussão com a pesquisa bibliográfica durante todo o percurso. Com relação a esse quesito, particularmente, tornou-se necessário realizar uma revisão sobre os apontamentos, críticas e análises referentes à bibliografia que aborda a vida e a obra de Maria Firmina dos Reis, bem como a conjuntura social do Brasil na segunda metade do século XIX. Assim, foi indispensável visitar algumas das principais bibliotecas paulistas de ciências sociais, como as da USP, Unicamp, Unesp, Unifesp, PUC-SP e FESPSP; os sítios eletrônicos que contêm pesquisas acadêmicas especializadas no assunto; além da busca por informações em arquivos públicos e o resgate de periódicos maranhenses dos anos de 1860 a 1917, tais como o *Jornal do Comércio*, *A Moderação*, *A Verdadeira Marmota*, *O Jardim das Maranhenses*, *A Imprensa*, *Eco da Juventude*, *O Domingo*, *O País*, *A Revista Maranhense*, entre outros, que podem ser facilmente consultados tanto no acervo físico quanto no digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, sediada na cidade de São Luís, na tentativa de localizar novos materiais que contribuíssem para elucidar o problema colocado para estudo.

Isto posto, com o intuito de melhor situar os motivos que me levaram a seguir nesta empreitada, resta-me tecer um último comentário. Durante a graduação em Sociologia e Política, diversos temas, assuntos e debates despertaram meu interesse. Como não poderia deixar de ser, aproveitei esse período de efervescência mental e criativa para dar vazão a uma espécie de *laboratório de experimentações*. Entre as idas e vindas e os inúmeros exercícios de iniciação intelectual que um curso como esse sugere, aos poucos, fui assentando minha curiosidade e orientando os meus esforços de pesquisa para tentar compreender um fenômeno bastante singular e que, comumente, é pouco observado pelas ciências sociais: as condições e possibilidades de emergência de escritores negros no Brasil oitocentista, bem como a fruição, a receptividade crítica e o estabelecimento de suas ideias e de seus respectivos textos literários. Refletir acerca das contradições existentes na relação entre ser negro e escritor em uma conjuntura social e econômica de ordem escravagista; composta por uma elite intelectual, política e cultural de maioria branca; e em que boa parte da população era, praticamente, analfabeta, se tornou, para além de uma filiação acadêmica

a uma determinada linha de investigação, um objetivo a ser perseguido. Foi assim que, nos dois anos finais do curso, iniciei todo um processo de pesquisa, ainda embrionário, que culminou, algum tempo depois, em minha monografia de conclusão, voltada para a compreensão dos aspectos políticos e sociais contidos na vida e obra de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), mais conhecido como Luiz Gama, o negro-autor das *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, publicadas, em 1859, na cidade de São Paulo, e que, a despeito de ter sido escritor e de ser considerado, hoje, um dos precursores do abolicionismo no Brasil, por muito tempo ficou ausente da historiografia literária e da História nacional, tendo sido resgatado, com mais cuidado, somente nos últimos vinte anos, a partir de importantes trabalhos e estudos de pesquisadoras como Elciene de Azevedo (1999) e, principalmente, Ligia Fonseca Ferreira (2000, 2011 e 2015).

Ao longo daquela pesquisa, curiosamente, em meio a algumas leituras direcionadas para o aprofundamento da análise acerca da atuação política e da trajetória intelectual do advogado dos escravos, eis que me deparei com o seguinte excerto de um artigo escrito por Eduardo de Assis Duarte (2002, p. 59), intitulado *Notas sobre a literatura brasileira afrodescendente*:

(...) no mesmo ano em que Luiz Gama publicava suas *Primeiras trovas burlescas*, Maria Firmina dos Reis trazia a público *Úrsula*. Deste modo, se a literatura afro-brasileira tinha, em 1859, um de seus marcos fundadores, após a redescoberta de *Úrsula*, passa a ter dois, o que induz a pensar na existência não apenas de um Pai, mas também de uma Mãe.

Admito que, até então, jamais ouvira falar sobre essa escritora. Contudo, ao tomar conhecimento dessa informação, mesmo que de modo abreviado, fiquei ainda mais intrigado: se a intenção de refletir acerca das contradições existentes na relação entre ser negro e escritor em uma conjuntura política e econômica como a do Brasil dos oitocentos havia se tornado um objetivo a ser perseguido, considerando o fato de ter sido Maria Firmina dos Reis uma escritora afrodescendente, com atuação no mesmo período de Luiz Gama e com sua obra inaugural publicada no mesmo ano em que a dele, minhas inquietações somente fizeram aguçar minha curiosidade e o meu interesse em estudá-la. Até porque, para além da questão racial, a novidade que se me apresentava residia em novas contradições. Dessa maneira, iniciei todo um processo de busca por referenciais teóricos e demais informações que pudessem balizar o meu percurso, criando uma base de sustentação para

reflexões mais substantivas. O resultado desse esforço, conseqüentemente, pode ser verificado nos capítulos subsequentes, que, cada uma a sua maneira, mostram uma forma de se trabalhar com essas questões.

1. FRAGMENTOS DE UMA VIDA

A trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, bem como o conjunto de sua biografia, pode ser considerada bastante incomum, se a compararmos com a dos demais escritores e personalidades de seu tempo. Nascida em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, a jovem foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis¹⁵, ainda que jamais tenha conhecido o pai. Menina bastarda, proveniente de uma família de pequenas posses, mas vivendo sob condições de segregação racial e social latentes, aos cinco anos, teve que se mudar para a vila de São José de Guimarães, ligada ao antigo município de Viamão, localizado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (LOBO, 2006, p. 193; DUARTE, 2009, p. 263). Distanciada das efemérides políticas típicas de uma capital do Império, a acolhida que teve na casa de uma tia materna, melhor situada economicamente, foi fundamental para a sua primeira formação (MOTT, 1988), além do apoio que teve de um primo, também por parte de mãe, o jornalista, escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (LOBO, 1993, p. 224). Por lá, cresceu em “uma casa de mulheres” (TELLES, 1997, p. 410), em meio a uma família extensiva¹⁶, em companhia da avó, da mãe e de suas duas únicas amigas, a prima Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis. Já adulta, em 1847, aos vinte e dois anos, Firmina é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária* em Guimarães, tornando-se, assim, a primeira professora efetiva a integrar, oficialmente, os quadros do magistério maranhense, função que ocuparia até o início de 1881, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e cinco anos, no vilarejo de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do país, dessa vez, dedicando-se aos filhos de lavradores e de donos de terras da região (MORAIS FILHO, 1975). De acordo com Norma Telles (1997, p. 411-2), inclusive:

¹⁵ Sobre essa informação, José Nascimento Morais Filho (1975, s/p) esclarece que “o livro do ‘Cartório’ de Sacramento Blake”, referindo-se ao *Dicionário bibliográfico brasileiro* escrito pelo autor, “e o livro do Cartório de Registro Civil, de Guimarães, registram com pequena diferença, sem importância, no caso, os nomes dos pais de Maria Firmina dos Reis: João Pedro Esteves, o primeiro, João Pedro Estevão, o segundo; Leonor Felipe dos Reis, o primeiro, Leonor Reis, o segundo. Erro do declarante, ou por lapso de memória ou por não saber o nome certo dos pais de Maria Firmina dos Reis, cujo nome também diverge na própria certidão de óbito do nome de sua mãe”.

¹⁶ Entende-se por família extensiva, extensa ou ampliada aquela que se alarga para além da unidade do casal ou da unidade pais e filhos. Em outras palavras, trata-se da família que é formada por parentes próximos e/ou agregados, com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e de afeto.

Toda manhã, [a professora] subia em um carro de bois para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho, onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam. Um empreendimento ousado para a época. Uma antiga aluna, em depoimento de 1978, conta que a mestra era enérgica, falava baixo, não aplicava castigos corporais nem ralhava, aconselhava. Era estimada pelos alunos e pela população da vila. Reservada, mas acessível, toda passeata dos moradores de Guimarães parava em sua porta. Davam vivas, e ela agradecia com um discurso improvisado.

Raimundo de Menezes (1978, p. 570), no entanto, nos conta que essa aula mista “escandalizou os círculos locais em Maçaricó (...) e, por isso, foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio”. Nascimento Morais Filho (1975, s/p), por sua vez, entende que essa proposta era “uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880”. Seja como for, o fato da maranhense ter fundado a primeira escola mista do país evidencia o fato de ter sido ela uma mulher consciente do papel de transformação que poderia exercer naquela sociedade, ainda mais se considerarmos o tipo de educação que recebiam as meninas no século XIX: leitura, com o objetivo religioso; bordado, para as tarefas domésticas; piano, como passatempo; e, para bem poucas, o ensino do francês como segunda língua.

Do ponto de vista da produção intelectual, Maria Firmina dos Reis não deixa a desejar. A primeira obra sua de que se tem notícia, *Úrsula*, foi publicada em 1859, na cidade de São Luís, pela Tipografia do Progresso. Sob o pseudônimo “*Uma Maranhense...*”, de forma inédita, a autora aborda a questão da servidão a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que nortearia outros trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, num momento em que as mulheres viviam submetidas a um sem-número de limitações e de preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2009, p. 265). Além disso, em seu romance inaugural, Firmina já expunha as duras condições do cativo, revelando, ao mesmo tempo, as contradições existentes entre a fé cristã, mantida e professada pela sociedade brasileira, e as crueldades do regime escravagista, com seus castigos, torturas e humilhações. No prefácio da obra, porém, consciente das eventuais críticas que poderia receber por conta de sua “ousadia”, a maranhense se utilizou de uma estratégia bastante comum entre as escritoras do período, que era registrar, logo no início do texto, um pedido de desculpas:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2009, p.13)

No ano seguinte à publicação de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando, n' *A Imprensa*, um primeiro poema utilizando, ainda sob o manto protetor, as iniciais M.F.R. Em 1861, é convidada para participar da antologia poética *Parnaso Maranhense*, organizada por Gentil Homem de Almeida Braga¹⁷, e o jornal *O Jardim das Maranhenses* dá início à publicação de seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática indianista e que fora veiculado em forma de folhetim, prática recorrente no período (HALLEWELL, 1985). Tendo em vista a boa aceitação da obra, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, Firmina brinda o seu público leitor, em momentos diversos, com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, agora, pelo jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações de estilo, mas sem alterações significativas no conteúdo. Suas publicações chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher afrodescendente e que vivia distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais.

Rompendo com as barreiras impostas pelo patriarcado e manifestando o exemplo de sabedoria e determinação, Maria Firmina dos Reis continua fértil em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*, publicados pela Tipografia do País, também em São Luís. Anos mais tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a um “problema que exigia solução” (CHALHOUB,

¹⁷ Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), ou Flávio Reimar, seu pseudônimo, foi um jurista, poeta e escritor brasileiro. Trabalhou com a publicação de folhetins durante toda a vida, o que o tornou bastante popular em São Luís e nos arredores. É, também, um dos patronos da Academia Maranhense de Letras.

2012), no auge das campanhas abolicionista e republicana, a escritora lança, n^o 3, além de novos poemas, o conto *A escrava*, obra em que descreve o funcionamento de uma rede antiescravista, articulada de São Luís ao Rio de Janeiro, cujos membros escondiam cativos fugidos e, rápida e legalmente, lhes compravam a liberdade (TELLES, 1997, p. 414-5). A autora também contribuiu de maneira significativa na imprensa local com ficções, crônicas e até enigmas e charadas¹⁸, do mesmo modo em que atuou, de acordo com os que a conheceram, na recolha e na preservação de textos da literatura oral¹⁹, além de ter realizado trabalhos como compositora, sendo responsável pela elaboração, com letra e música, do *Hino da libertação dos escravos*, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2009; SANTOS NETO, 2004). Para completar sua trajetória, a maranhense contribuiu com a criação de algumas canções de caráter folclórico para folguedos populares, tais como a pastoral e o bumba meu boi. Segundo a tradição oral vimarense, inclusive, ela teria musicado os famosos *Versos da garrafa*, atribuídos pelos antigos a Gonçalves Dias²⁰.

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante como cidadã e intelectual no Império, “ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2009, p. 264). No Maranhão de seu tempo, foi considerada pelos seus pares como um exemplo de erudição. Sua popularidade deve ter sido tão grande em Guimarães que, até hoje naquela cidade, “a

¹⁸ De acordo com Zahidé Muzart (1999, p. 264), Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, além dos já mencionados, como *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* e outros, publicando seus enigmas e charadas, um passatempo bastante apreciado pelos leitores desses periódicos.

¹⁹ Criada por Mário de Andrade em 1936, enquanto atuava como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi uma entidade que, de acordo com seus estatutos, tinha por objetivo “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, tendo, como membros-fundadores, pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais dos cursos universitários paulistas. Em 1938, Mário de Andrade reuniu uma equipe de entusiastas com o intuito de catalogar as músicas tradicionais do Norte e Nordeste brasileiros e instituiu a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que tinha como objetivo declarado, como consta na ata da sua fundação, “conquistar e divulgar a todo país, a cultura brasileira” (CAVALCANTI, 2004). Note-se que, antes de Mário de Andrade, Maria Firmina já trazia consigo essa preocupação.

²⁰ Sobre esta informação, Norma Telles (1997, p. 412-3) explica que Gonçalves Dias era, desde 1847, com a publicação de *Primeiros cantos*, um “poeta de projeção nacional muito justamente aclamado. Em 1859, por motivos de saúde, foi à Europa; na volta, o navio em que viajava, o *Ville Boulogne*, naufragou. Todos se salvaram menos o poeta, que morreu afogado ao largo das praias de sua província natal. Para a tradição popular, ele teria colocado seus últimos versos numa garrafa que viera dar nas praias de Guimarães. Esses versos teriam sido os musicados por Maria Firmina dos Reis. A tradição popular junta, na lenda, dois escritores da província, dois escritores de vida e obra muito diferentes, que nada indica terem se conhecido pessoalmente”.

uma mulher inteligente e instruída chamam-na Maria Firmina” (MOTT, 1988, p. 62). Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da literatura, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou por décadas esquecida, provavelmente, por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Faleceu, em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria, na casa de uma amiga que vivera como escrava e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação²¹. O resultado disso é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265).

De maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto”, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (MUZART, 1999), que, ao garimpar a identidade do pseudônimo “*Uma Maranhense...*” no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (LOBO, 1993, p. 224). Tendo compreendido a importância histórica e literária da obra, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto, Almeida doou seu achado a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Desde então, foram publicadas mais duas edições do livro, nos anos de 1988, idealizada pela Editora Presença, de Luiza Lobo, em parceria com o Instituto Nacional do Livro, por ocasião do centenário da abolição da escravatura; e de 2004, em decorrência de um projeto de reedição das obras literárias de escritoras do século XIX, que, inclusive, deu origem à Editora Mulheres²², criada pelas pesquisadoras Zahidé Muzart, Susana Funck e Elvira Sponholz. Em 2009, finalmente, essa mesma editora, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, publicou uma reimpressão de *Úrsula*, em comemoração aos cento e cinquenta anos da primeira edição do livro, que vem acompanhada de um rico posfácio elaborado por Eduardo de Assis Duarte, intitulado *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*.

²¹ Mesmo tendo permanecido solteira a vida toda, a escritora se encarregou da criação de alguns filhos adotivos, cerca de dez, oriundos das fazendas onde lecionava (LOBO, 2006, p. 19).

²² Entre coletâneas de artigos, ensaios, trabalhos acadêmicos e algumas traduções, todos relacionados à mulher e/ou ao feminismo, o catálogo da Editora Mulheres conta, hoje, com cerca de noventa livros, que contribuem significativamente com os pesquisadores de todo o país que se interessam pelo tema e para a preservação e divulgação da literatura nacional, ao resgatar da invisibilidade as autoras que foram excluídas ou mesmo silenciadas ao longo da história.

No prólogo à sua edição de 1975, porém, Horácio de Almeida salienta a ausência de registros sobre a escritora nos estudos dedicados à produção literária maranhense. Possivelmente, por ter sido redescoberta tardiamente, Firmina ficou esquecida, também, entre os principais estudiosos da literatura brasileira. Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela²³. Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake²⁴ (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de *Úrsula* logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010b [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da Inteligência Brasileira*, apenas cita seu nome em uma linha.

Os demais documentos de e sobre Maria Firmina dos Reis foram recuperados, a partir de 1973, pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou uma intensa pesquisa nos jornais locais do século XIX e início do XX alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (LOBO, 1993, p. 225; CARVALHO, 2006, p. 62-3), e que entrevistou, entre outras personalidades, dois filhos de criação da escritora, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. É dele, inclusive, o primeiro esboço de uma biografia da maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso²⁵ e que foi publicada em 1975, mesmo ano em que veio a público a

²³ Em 2015, durante a realização do curso intitulado *O negro escrito*, ministrado por Oswaldo de Camargo na cidade de São Paulo e que foi oferecido pela Ciclo Contínuo Editorial, editora independente voltada para a difusão e valorização das artes e das literaturas negras e periféricas, tive a oportunidade de indagar o escritor sobre as razões que o levaram a não incluir Maria Firmina dos Reis em sua coletânea. De modo sucinto, fui informado por ele que o único motivo da ausência foi o total desconhecimento da existência da autora na época em que o livro foi escrito, o que, segundo Camargo, poderá ser revisto, caso ele consiga publicar uma segunda edição da obra.

²⁴ Estimulado por D. Pedro II e Rui Barbosa, Sacramento Blake escreveu seu famoso *Dicionário bibliográfico brasileiro*, que traz, em sete volumes, a biografia de centenas de personalidades da época. O volume foi publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, entre 1883 e 1902, e, anos mais tarde, pela Imprensa Nacional, tendo sido reimpresso em 1970, nessa mesma cidade, pelo Conselho Federal de Cultura.

²⁵ De acordo com Luiza Lobo (2006, p. 196), a dificuldade de se encontrar algum exemplar disponível do livro organizado por Nascimento Morais Filho reside no fato dele não ter se atentado em fazer o respectivo depósito legal da obra na Biblioteca Nacional, no ano de sua publicação.

edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello (1975), também conterrâneo da autora, no *Jornal do Brasil*, tendo sido divulgado em língua espanhola, no ano seguinte, na *Revista de Cultura Brasileira* (DUARTE, 2009, p. 265). O livro de Moraes Filho reúne charadas, enigmas e poemas divulgados na imprensa, além dos contos *Gupeva* e *A escrava*. Entretanto, o achado de maior importância e que revela alguns traços da personalidade da escritora é aquele que deve ser, provavelmente, o primeiro diário íntimo redigido por uma mulher já publicado no Brasil: o *Album*, de Maria Firmina dos Reis (LOBO, 1993, p. 225). Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) e de Luiza Lobo (1993, 2006, e 2011) disponibilizadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009) acerca da maranhense, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias voltados para essa temática (SABINO, 1996 [1899]; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000 e 2007; e LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre Maria Firmina dos Reis, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida pela autora, em pouco mais de um século²⁶.

1.1. A imprensa literária no Maranhão oitocentista

As condições e possibilidades de emergência de um determinado escritor, bem como de seus respectivos textos literários, pressupõem o encaixe, nem sempre perfeito, de uma série de variáveis, que podem ser interpretadas como resultado de sua genialidade, mera sorte, fruto do acaso ou, de modo mais abrangente, sob uma perspectiva que, além de considerar os aspectos sociais envolvidos no processo, se atenta para algumas questões relativas aos momentos e movimentos históricos que antecedem a criação e a publicação da obra, os temas que ela aborda, a forma como estes são concebidos, os impactos que geram

²⁶ Muito recentemente, no entanto, novos estudos sobre a vida e obra da escritora têm sido realizados em programas de pós-graduação nas áreas de Letras (MENDES, 2006; OLIVEIRA, 2007; NASCIMENTO, 2009; ABREU, 2013; RIO, 2015) e, com menor frequência, de História (SILVA, 2013; CORREIA, 2013; MENDES, 2013) e de Estudos Brasileiros (DIOGO, 2016), tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Ainda que boa parte desses trabalhos se concentre em analisar especificamente o romance *Úrsula*, desconhecendo, por vezes, os demais textos de Maria Firmina dos Reis, é inegável sua relevância para a construção e para a consolidação de toda uma fortuna crítica dedicada à autora. Ao longo dessa pesquisa, esses referenciais foram apreciados, no sentido de aprofundar e de aperfeiçoar as reflexões aqui apresentadas.

entre os leitores, sua apreciação crítica e eventual consagração. Frequentemente, no entanto, e de modo equivocado,

(...) tendemos a considerar a obra literária como algo incondicionado, que existe em si e por si, agindo sobre nós graças a uma força própria que dispensa explicações. Esta ideia elementar repousa na hipótese de uma virtude criadora do escritor, misteriosamente pessoal; e mesmo quando desfeita pela análise, permanece um pouco em todos nós, leitores, na medida em que significa repugnância do afeto às tentativas de definir os seus fatores, isto é, traçar de algum modo os seus limites (CANDIDO, 2010, p. 83).

Se quisermos melhor compreender os caminhos e as condições que possibilitaram Maria Firmina dos Reis trazer a público seus escritos, logo, essa premissa assume fundamental importância. Isso porque, quando investigamos tais fatores e buscamos diferenciá-los uns dos outros, além de nos distanciarmos de uma perspectiva que culminaria em uma leitura mitificante da trajetória da autora, torna-se possível apreender certas contradições e especificidades que, num primeiro momento, inadvertidamente, poderiam soar como imperceptíveis. Vale lembrar que qualquer escritor, localizado em uma determinada sociedade, não deve ser considerado apenas como um indivíduo capaz de exprimir sua originalidade e seu intelecto, mas, sobretudo, como alguém que desempenha um papel social específico, ocupando uma posição relativa em meio aos demais membros de seu grupo e correspondendo a certas expectativas de seu público leitor. Para que ele se estabeleça enquanto tal, para que possa ser reconhecido como escritor, conseqüentemente, existe uma série de elementos que fogem de seu domínio e poder de intervenção e que precisam ser apurados na análise.

Com base nisso, quais teriam sido as vias encontradas por Maria Firmina dos Reis para publicar seus textos? Teria ela custeado sozinha a veiculação de sua obra? Ou será que recebeu o apoio de amigos próximos ou mesmo de seu primo, o jornalista Francisco Sotero dos Reis, que exercia forte influência nos meios intelectuais maranhenses? Sua literatura foi produzida como mero passatempo ou com o intuito de disseminar ideias e ideais políticos? Para refletir essas questões, tomemos como ponto de partida o surgimento da imprensa no Maranhão oitocentista, uma vez que, um dos fatores decisivos para a concretização da atividade letrada e para o estabelecimento de um círculo de leitores na província se deu, precisamente, pela criação do jornalismo político e literário, especialmente em São Luís,

decorrente da intensa atividade tipográfica que ali se instalou no início do século XIX, quando o Brasil ainda se mantinha sob o domínio português.

De acordo com o pesquisador Ricardo Martins (2010a, p. 108), em seu artigo *Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista*:

O governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em 9 de novembro de 1821, informou a Lisboa que os maranhenses desejavam instituir a primeira imprensa da província, assim que a primeira constituição portuguesa foi jurada no Maranhão. O desejo, ao que parece, era tanto que, antes mesmo de chegar a primeira prensa tipográfica, começou-se a publicar um periódico manuscrito, considerado o primeiro jornal maranhense, cujo título era *O Conciliador do Maranhão*.

A partir desse momento, iniciou-se todo um processo de proliferação dos órgãos de notícias, em paralelo ao significativo aumento no número de tipografias na região. Os periódicos maranhenses, representados por jornais e revistas de temas diversos, passaram a desempenhar um importante papel no desenvolvimento político e cultural da província, principalmente na capital, uma vez que exerciam acentuada influência sobre a opinião pública e a intelectualidade locais. O Maranhão conhecerá, assim, uma fase agitada e próspera de seu jornalismo, já que foram muitos os periódicos colocados em circulação. Uma parte deles, no entanto, teve curta duração, ainda mais na fase inicial de implementação. Eram jornais com baixa repercussão, que mantinham linhas editoriais desorientadas e que eram utilizados por determinados agentes e grupos políticos unicamente para hostilizar a administração de Dom Pedro I. Mesmo assim, com o passar dos anos, considerando o acúmulo de experiência editorial obtido pelos jornalistas, a imprensa maranhense conseguiu atingir certo grau de maturidade, instalando-se, definitivamente, como instituição de prestígio na sociedade local (LOPES, 1959). Àquela altura, inclusive, ela já contava com um parque tipográfico próprio, considerado um dos mais ativos e avançados do país; algumas tipografias particulares de propriedade dos próprios articulistas; além de um público leitor assíduo, o que possibilitou o exercício jornalístico constante e, conseqüentemente, a consolidação de um grupo considerável de homens de letras, que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais variados assuntos (MARTINS, 2010a, p. 109). Em paralelo às folhas de cunho partidário, havia em circulação, também, uma quantidade razoável de revistas literárias e científicas, cujo foco era a difusão e a disseminação de conhecimentos sobre agricultura e abastecimento, saúde e bem-estar, costumes e tendências,

filosofia e religião, indústria e comércio, mas, sobretudo, literatura. Possivelmente, esse fato se explique pela necessidade encontrada pelas autoridades públicas do Império recém-constituído de dar início a um movimento de construção de uma identidade nacional própria aos brasileiros, no sentido de marcar posição contrária aos anos de dominação portuguesa na América²⁷.

É interessante observar que as linhas editoriais desses periódicos iniciais, tomadas por um forte viés político, acabaram influenciando e sendo reproduzidas nos demais órgãos da imprensa literária maranhense, principalmente no que diz respeito ao orgulho patriótico e ao objetivo de se transmitir educação e cultura aos cidadãos, através de um conjunto abundante de artigos que difundiam informações acerca do cultivo das belas-letas e das artes em geral, dedicando-se, ao mesmo tempo, às novidades tecnológicas e científicas, em âmbito nacional e internacional, sempre com a preocupação de estimular o debate intelectual acerca das realidades política, econômica e cultural do Maranhão e do Império, como um todo. Além disso, nesses periódicos, havia uma proposta de se estabelecer uma escrita que fosse feita de forma simples, acessível e envolvente, mas sem banalizar os conteúdos apresentados, com o intuito de angariar cada vez mais novos leitores. Outro aspecto interessante é que foram muitos os jornais de conteúdo recreativo publicados ao longo daquele século na província, todos de curta ou curtíssima duração, mas que criavam espaços voltados para dar vazão à produção literária tanto de homens quanto de mulheres. Através desses periódicos e revistas, portanto, os maranhenses puderam conhecer uma profusão incontável de versejadores, ficcionistas, articulistas e biógrafos de personalidades ligadas às letras e ao fazer científico. A maior parte desses intelectuais e literatos, posteriormente, acabou sendo reunida na antologia *Parnaso Maranhense*, publicada, em 1861, na cidade de São Luís, onde se pode ter uma ideia da quantidade considerável de cultuadores da arte poética surgida por lá.

²⁷ No processo de edificação da nacionalidade, a literatura exerce um papel fundamental (RICUPERO, 2004). E os autores do romantismo brasileiro estiveram na linha de frente desse movimento, especialmente José de Alencar (1829-1877). Entre suas obras de maior destaque, a mais significativa para determinar esse patrimônio identitário nacional é, sem dúvida, *O guarani*, publicada em formato de folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*, durante o ano de 1857. Nela, Alencar estabelece a paisagem típica do Brasil, a singularidade linguística de nossa gente, mas, especialmente, o mito fundador que constituiria a nação: a união do casal ancestral formado por Peri e Cecília, um índio que se renderia aos valores cristãos e uma portuguesa que acolhera os costumes naturais do novo mundo. Evidentemente, essa autodescrição da cultura brasileira é um tanto parcial, uma vez que exclui do processo de criação da identidade nacional uma parcela significativa da população, como os negros, durante o Império, e, anos mais tarde, os europeus e demais povos, que viriam para o país substituir a mão de obra escrava, após a promulgação da Lei Áurea, de 1888.

Dentre as personalidades históricas que mais se sobressaíram na atividade jornalística da província nesse período, encontra-se a figura emblemática de João Francisco Lisboa²⁸, um de seus pais fundadores, e de Francisco Sotero dos Reis²⁹, primo de Maria Firmina dos Reis por parte de mãe, ambos de suma importância para a consolidação da opinião pública, para o alargamento da atividade letrada e para o fortalecimento de um pensamento político mais afinado com os valores e costumes da região. Juntos, eles foram responsáveis pela criação de um número razoável de periódicos, que contribuíram para dar vida a todo um processo de agitação e de efervescência cultural e intelectual na cidade de São Luís e em seus arredores. Com relação ao parente de Firmina, especificamente, Ricardo Martins (2010a, p. 116) esclarece que:

(...) a importância de Sotero dos Reis junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e a divulgação e estímulo dos talentos locais e nacionais. Ao lado de sua intensa e destacada atividade como latinista, filólogo e historiador da literatura, a sua atuação como jornalista exerceu grande influência sobre os fatos públicos da província, ajudando a consolidar a fama do Maranhão como um celeiro de intelectuais e de homens [e mulheres]³⁰ de letras, com repercussão nacional, sem jamais ter saído de sua terra natal.

Apesar dos laços de sangue, não se sabe ao certo se, de fato, a escritora maranhense teve algum contato com seu primo influente. Mesmo considerando os fragmentos biográficos levantados e divulgados por Nascimento Morais Filho, não há quaisquer registros ou mesmo indícios que comprovem uma eventual aproximação entre os dois. Embora não seja possível confirmar essa informação, Luiza Lobo (2011, p. 112) acredita que o parentesco de Maria Firmina com Francisco Sotero dos Reis de pouco lhe serviu para uma apresentação na vida cultural da província, ainda que ela tenha lhe dedicado ao menos

²⁸ Nascido na cidade maranhense de Pirapemas, em 1812, e falecido em Lisboa, em 1863, João Francisco Lisboa foi um autodidata que atuou como político, historiador, jornalista e escritor, a quem a Academia Brasileira de Letras conferiu o patronato da cadeira de número 18. Fundou e dirigiu, no Maranhão, vários periódicos, dentre os quais o famoso *Jornal de Timon*, dedicado aos estudos políticos, à história do Brasil e à história de sua terra natal, tão apreciada por ele.

²⁹ Assim como João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis foi autodidata, tendo estudado e adquirido vasto conhecimento de literatura, latim e língua portuguesa, sem nunca ter frequentado cursos superiores. Naqueles tempos, as noções básicas de humanidades eram aprendidas durante as escassas e desorganizadas aulas públicas de instrução primária, oferecida a poucos meninos que tinham condições e recursos para se manter nesses espaços.

³⁰ Grifo meu.

um poema. Seja como for, se o jornalista maranhense não possibilitou o ingresso da escritora nos periódicos dos quais fazia parte, ao menos, por ter fundado uma série de jornais e revistas de ampla circulação, criou as condições para que não somente ela, mas muitas outras mulheres, pudessem se enveredar pelo universo da escrita e da literatura.

Em meio aos periódicos literários de maior importância para o estabelecimento da atividade letrada no Maranhão oitocentista, destaca-se o jornal *Eco da Juventude*, que circulou nos anos de 1864 e 1865, contando, ao todo, com vinte e quatro números, sempre dispostos em oito laudas semanais, que abordavam temas relacionados à literatura, à filosofia, à religião, à geografia, à história e à necessidade de se promover o acesso à instrução pública para todos os cidadãos da província. Em suas páginas, também, se fez ardente defesa da memória do escritor Gonçalves Dias, o que deu início a uma campanha pela construção de um monumento em homenagem póstuma ao vate maranhense que, segundo um de seus redatores, “não era somente desta abençoada parte do Império, era do Brasil” (MARTINS, 2010a, p. 121). Por se tratar de uma “publicação dedicada à literatura”, como anuncia seu frontispício, esse jornal conseguiu reunir um conjunto expressivo de novos literatos que almejavam ocupar o cenário das belas-letas, dentre os quais, Maria Firmina dos Reis. Foi nesse periódico, inclusive, que a ficcionista encontrou espaço para publicar alguns de seus poemas e a versão final de seu conto *Gupeva*, impresso nos números 14 a 17. Além do *Eco da Juventude*, a jovem escritora se fez conhecer, entre outros jornais, através das páginas do *Semanário Maranhense*, que também mantinha uma linha editorial acentuadamente voltada para o cultivo da literatura e da cultura locais, dando ênfase a temas como o patriotismo e o orgulho nacional, mas sem perder de vista a valorização das “tradições provinciais”, colocando à disposição de seus leitores um conjunto de artigos e peças literárias bastante diversificado, que variava entre poemas, contos, crônicas, novelas, artigos de interesse historiográfico e econômico e, por vezes, preleções de autoridades públicas. Tais periódicos, desse modo, evidenciam a marcante abertura que a imprensa maranhense mantinha com intelectuais do sexo feminino, desfazendo o mito de que somente homens escreviam e contribuíam para a materialização de toda uma cultura letrada em constituição no Maranhão, no momento posterior à sua fase de formação.

A preocupação das autoridades públicas do Império de estabelecer no Brasil o acesso da população à educação escolar formal, por conseguinte, ainda que essa iniciativa não tivesse beneficiado a todos os cidadãos da mesma maneira, pode ser considerada, igualmente, como um dos fatores determinantes para a consolidação da atividade literária e

do alargamento do periodismo na região, abrindo espaço para que a participação feminina se fizesse presente na esfera pública e nos meios de comunicação. Como explica a pesquisadora Maria Lucia de Barros Mott (1988, p. 62), a partir da segunda metade do século XIX, a quantidade de mulheres educadas cresceu significativamente no país, a ponto de começar a circular jornais não apenas direcionados para o público feminino, mas organizados, editados e escritos por elas próprias³¹. Nesse momento, inclusive, de acordo com Norma Telles (1997, p. 426):

(...) várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando, no final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais investiram todos os seus recursos nele. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres.

Com o tempo, além do número desses periódicos ter aumentado, as suas colaboradoras deixaram de se esconder por detrás de pseudônimos e das iniciais de seus nomes, passando a escrevê-los por extenso e a publicar seus textos em veículos de maior circulação. A presença feminina na grande imprensa, assim, serviu de argumento para a introdução de temas e pautas que, até então, não eram observados com mais atenção pelos redatores do sexo masculino. Desde seu surgimento na França, em 1852, a questão da educação formal para as mulheres foi uma das principais batalhas desses jornais. Se, inicialmente, ela era vista como necessária porque a mulher, enquanto mãe, era responsável pela formação dos filhos e, por consequência, dos homens, num segundo momento, ela passou a ser defendida com mais força, uma vez que, educadas, as mulheres teriam conhecimento não apenas de seus deveres, mas, também, de seus direitos. Seguindo o raciocínio de Norma Telles (1997, p. 427), ainda:

³¹ *O Jornal das Senhoras*, como esclarece Constância Lima Duarte (2016, p. 117), é considerado o primeiro periódico criado por uma mulher no Brasil. Sob a direção da romancista e jornalista Joana Paulo Manso de Noronha (1819-1875), natural da Argentina, circulou aos domingos na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1852 e 1855. Com a promessa de levar às leitoras “Moda, Literatura, Belas-Artes, Teatro e Crítica”, ao contrário de outras publicações de autoria feminina que surgiriam logo na sequência, de norte a sul do país, esse periódico, desde o início, assumiu um discurso emancipacionista. A primeira mulher de que se tem notícia a trabalhar em uma redação de jornal no Maranhão, no entanto, de acordo com Sebastião Jorge (2008), ainda que o pesquisador não tenha precisado o ano e nem o título do periódico, foi Eponina de Oliveira Condurú Serra (1842-1931), uma educadora da antiga vila de São Bento dos Peris, que, assim como Maria Firmina dos Reis, exerceu o magistério por décadas.

Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Muitas vezes essas campanhas apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa. No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa. Havia, evidentemente, diferenças de opiniões entre as articulistas, umas mais radicais, outras menos. A questão do voto feminino ainda não era tratada diretamente, mas os jornais contornavam noticiando amplamente lutas e conquistas em outros países.

A publicação de artigos que tratavam da relação entre educação, profissionalização e emancipação feminina foi o passo seguinte. E, aos poucos, novas questões foram sendo abordadas nesses jornais, tais como a crítica ao casamento dado por interesse; a rejeição ao papel de submissão e de propriedade do homem destinado às mulheres; a defesa do divórcio e do sufrágio universal, entre outras reivindicações. Os periódicos femininos, do mesmo modo, manifestaram-se em diversos momentos sobre questões políticas dos mais variados vieses, até mesmo tomando partido favorável na luta em prol da abolição da escravatura³².

Com o intuito de estimular a escrita, de fomentar a leitura e o debate em torno dos textos, bem como de propagandear o nome das autoras, muitos jornais da época traziam em suas edições anúncios que ofereciam ao público as respectivas obras produzidas por elas, além de algumas críticas voltadas para um melhor entendimento desse novo universo literário, ainda que a maioria das publicações fosse bastante enxuta e sem um maior aprofundamento na análise. E foi justamente nesses periódicos que o nome da escritora maranhense passou a ser visto com maior frequência pelo conjunto da população. Em 11 de agosto de 1860, por exemplo, o jornal *A Moderação* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p) registrava a seguinte passagem:

³² Vale notar, também, que, ao longo do século XIX, além do surgimento de periódicos organizados exclusivamente por mulheres, indivíduos e grupos negros letrados criaram espaços na imprensa para tratar dos assuntos que consideravam mais importantes para o debate sobre a condição dos afrodescendentes no país e para expor suas ideias acerca dos rumos do Império. Experiências cotidianas e variadas de enfrentamento do racismo e da escravidão, a criação de redes de sociabilidade e o uso de instrumentos legais para promover a cidadania foram registrados nas páginas de diversos jornais assinados por “homens de cor” e que eram dirigidos por eles próprios. Sobre essa faceta da história do periodismo oitocentista, recomendo a leitura do livro *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010).

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

O jornal *A imprensa* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), por sua vez, em duas edições distintas, apregou comentários favoráveis ao romance inaugural de Firmina e, posteriormente, aos poemas da escritora que comporiam a coletânea *Parnaso Maranhense*. Na primeira delas, veiculada em 18 de fevereiro de 1860, o periódico informava o seguinte:

ÚRSULA – Romance brasileiro por uma maranhense. Um volume em preço de 2\$000³³. Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser a estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas do seu belo talento.

Na segunda, publicada em 19 de outubro de 1861, trazia esta mensagem:

Os versos de Maria Firmina dos Reis indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e do doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação. De há muito que todos conhecem os talentos e habilidade da autora de Úrsula, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso.

Embora, no início, muitas das publicações fossem um tanto condescendentes com as escritoras, não devemos menosprezar sua relevância histórica. Isso porque, os “critérios de avaliação” acima apontados podem até parecer superficiais e anteriores ao próprio conteúdo das obras, já que partem de uma premissa com viés muito mais político do que literário, ou seja, sem se preocupar em tecer uma avaliação mais contundente acerca da representação textual, da enunciação discursiva ou mesmo de sua qualidade estética. Nesse momento,

³³ Para se ter uma ideia do que essa quantia representava para os padrões da época, de acordo com pesquisador Rodrigo Estramanho de Almeida (2012, p. 164), a renda média anual para um indivíduo do sexo masculino ser considerado votante nas eleições do Império, em conformidade com as prerrogativas legais da Constituição de 1824, era de cem mil réis. Esse valor não significava nenhuma fortuna, mas também não era algo desprezível, levando-se em consideração que aproximadamente 12% da população brasileira constituía o eleitorado no período. Logo, o que se constata é que a aquisição de um exemplar do romance *Úrsula* era possível de ser realizada, mesmo sabendo que uma gama significativa de pessoas não tivesse essa oportunidade, seja por questões de cunho econômico, seja pelo analfabetismo crônico, já observado.

porém, o que se buscava privilegiar era muito mais a oportunidade de se promover as autoras do que a qualidade de seus textos, justamente por se tratar do prenúncio de uma “literatura emergente” (LOBO, 1993, p. 223). A escrita feita por autores negros no Brasil, que tem muito em comum com a produção literária empreendida pelas mulheres, inclusive, pode ser compreendida nesse mesmo enfoque. Quando ela congrega as duas características, negra e feminina, como no caso de Maria Firmina dos Reis, o caráter político do fato se sobressai ainda mais. O que se percebe, com isso, é que o julgamento do valor estético, nessa fase de necessária afirmação, precisava ser posterior à própria designação dessa recém-inaugurada vertente literária, um fenômeno que, apesar de ter se iniciado em meados do século XIX no Maranhão, e com alguma frequência no Rio de Janeiro e em São Paulo, se mostrou mais efetivo e numericamente simbólico somente a partir da década de 1970³⁴, quando militantes do movimento negro paulista, contando com a participação de algumas feministas negras, decidiu romper com a exclusão propiciada pela crítica acadêmica especializada e pela não aceitação de seus escritos pelo mercado editorial brasileiro, ambos dominados hegemonicamente pelas elites brancas e masculinas, criando, assim, uma maneira própria de se pensar, produzir e veicular sua literatura.

Além dos anúncios com tons elogiosos, adiante, outros jornais buscavam glorificar as autoras, focando diretamente na elevação de sua autoestima e estimulando-as a seguir em frente com suas criações. É o caso d’*O Jardim das maranhenses* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), que, em sua edição de 30 de setembro de 1861, publicava a seguinte nota:

³⁴ Em 1978, na cidade de São Paulo, surgiu o primeiro volume da série *Cadernos negros*, uma publicação de cunho independente e que reuniu os trabalhos de oito poetas afro-brasileiros que, sozinhos, dividiram os custos da edição. Desde então, ininterruptamente, já foram lançados, ao todo, trinta e oito números, sendo um por ano, que alternam poemas e contos de estilos diversos, sempre produzidos por autores negros. Vale dizer que não há qualquer registro de outras antologias publicadas com essa regularidade no Brasil e que contenham textos de escritores afro-brasileiros, o que mostra a importância desse veículo para dar visibilidade à literatura negra feita no país. Em 1980, dois anos depois da primeira edição dos *Cadernos*, este grupo de autores decidiu fundar o coletivo paulistano *Quilombhoje Literatura*, cuja finalidade é promover discussões e aprofundar a experiência afro na literatura brasileira. Dentre seus criadores, destacam-se os nomes dos escritores Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues. O grupo, que se mantém em atividade até hoje, tem como proposta estimular o hábito da leitura, promovendo a difusão de conhecimentos e informações e desenvolvendo e incentivando estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a literatura e a cultura negras no país. Atualmente, o *Quilombhoje* é coordenado pela jornalista e escritora Esmeralda Ribeiro e pelo escritor Márcio Barbosa.

Com o presente número finaliza-se o terceiro bimestre deste jornal que, graças a Deus e à boa vontade dos Srs. assinantes, – conta com oito meses de existência!

Seríamos apelidados de indiferentes, e com muita razão, se, dando esta notícia, não consignássemos aqui o nosso voto de eterna gratidão àqueles que, não só concorreram com as suas assinaturas, como também aos que honraram as páginas do JARDIM com suas produções literárias.

A todos em geral novamente suplicamos continuem a prestar sua valiosa proteção a prol deste jornal, que em nada tem desmentido o seu programa; e cujas páginas, como dantes, continuam à disposição daqueles que quiserem honrá-las com seus escritos.

Um motivo mui poderoso obriga-nos ainda a fazer esta súplica, digna por certo de ser atendida.

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE³⁵, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade tencionaremos dar princípio do nº 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois, à vista das razões expendidas, que as nossas súplicas sejam atendidas; afiançando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido.

Salus et pax.

Outros periódicos se enveredaram pelo mesmo caminho, mas nem todos eram demasiado complacentes com as autoras. O *Jornal do Comércio* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), por exemplo, em 4 de agosto de 1860, trouxe a público a seguinte crítica:

OBRA NOVA – Com o título ÚRSULA publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na Tipografia do Progresso.

Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento da autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados.

É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas.

³⁵ Na verdade, o texto de Maria Firmina dos Reis a ser publicado era a primeira edição de seu conto indianista *Gupeva*, e não um romance, como o fora *Úrsula*.

A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes.

Vale observar que, no Brasil, a literatura de autoria feminina começa a ter maior reconhecimento, ou obter um pouco mais de consideração por parte dos homens, somente no início do século XX. Ainda assim, embora colocadas à margem ou mesmo tendo sido silenciadas pelos críticos e historiadores da literatura brasileira, que contribuíram e que contribuem para a formação do cânone nacional, a produção literária empreendida por nossas antepassadas foi presença constante nos jornais e revistas do século XIX, tanto nos dirigidos pelo sexo masculino quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias, seja no Maranhão ou em demais províncias. Não obstante, de acordo com Zahidé Muzart (2003, p. 225-6), é quase impossível avaliar e desfrutar da literatura feita pelas mulheres naquele século sem que nos debruçemos no levantamento e no estudo do que foi publicado nos periódicos postos em circulação no período³⁶. Finalmente, é preciso lembrar que, além da produção em jornais e revistas, muitas delas publicaram livros de poesia, contos e até romances que, apesar do difícil acesso, não podem e nem devem ser desprezados. Infelizmente, boa parte desse legado deixado pelas escritoras oitocentistas foi sendo colocado de escanteio, fazendo com que, somente a partir dos trabalhos divulgados por algumas pioneiras que obtiveram algum prestígio em vida³⁷, as mulheres conseguissem firmar pé, definitivamente, ainda que debaixo de uma série de preconceitos, no cenário literário nacional.

³⁶ Com relação a essa questão, destaco o estudo recém-lançado pela pesquisadora Constância Lima Duarte (2016) sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX, que reuniu um conjunto significativo de cento e quarenta e três jornais e revistas que foram editados no país nesse período e que tinham, como público-alvo, justamente as mulheres. Apesar de sua relevância histórica e de seu ineditismo, infelizmente, o levantamento de Duarte faz menção somente a dois periódicos maranhenses, ainda que houvesse muitos mais. O primeiro deles é *O Jardim das Maranhenses*, em que Maria Firmina dos Reis publicou a primeira versão de *Gupeva*, em 1861-2; o segundo é o *Chrysalida*, jornal voltado para o incentivo à educação feminina e que circulou na cidade de Caxias, situada no interior da província, entre os anos de 1883 e 1884.

³⁷ Dentre as escritoras pioneiras que obtiveram reconhecimento em vida, Zahidé Muzart (2003, p. 226) destaca os nomes das jornalistas Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) e Corina Coaracy (1858-1892); da contista e romancista Carmem Dolores (1852-1910); e, principalmente, já no século XX, da poetisa Gilka Machado (1893-1980) e da anarquista Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

1.2. Trilhando caminhos

Para se realizar uma pesquisa de caráter interdisciplinar, que dialoga os estudos literários com os estudos de pensamento social brasileiro, a integridade de uma determinada obra não pode ficar restrita a concepções que ora a explicam pelos fatores externos, ora se norteiam pela convicção de que sua estrutura é virtualmente independente. Tais formas de abordagem, se encaradas isoladamente, enquanto processos distintos e com finalidades desencontradas, fazem com que o sentido da crítica se perca. Evidentemente, não se trata, aqui, de privilegiar um ou outro enfoque, pois “a disjuntiva interno-externo é completo equívoco e não se sustenta”, como afirma Maria Arminda do Nascimento Arruda (apud SCHWARCZ e BOTELHO, 2011, p. 157). Assim, tais percepções podem ser trabalhadas de modo mais adequado quando são combinadas como momentos necessários ao processo interpretativo. Ou seja, uma melhor saída para um estudo dessa natureza é quando tanto a primeira quanto a segunda forma estão associadas e quando, em ambos os casos, se leva em consideração a predominância do aspecto sincrônico sobre o diacrônico da obra. Seguindo por esse caminho, Antonio Candido (2010) nos ensina que o elemento externo de uma determinada obra literária – nesse caso, o social – é um tanto relevante. Todavia, não como causa ou consequência, tampouco como significado, mas como um componente que desempenha certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, de tal maneira, interno.

Acontece que, comumente, esse desencontro de abordagem se dá em razão de uma antiga, porém não resolvida, distinção entre duas vertentes disciplinares: a sociologia da literatura e o terreno da crítica literária. Em síntese, pode-se dizer que a primeira trata externamente os fatores externos da obra, o que não pressupõe, essencialmente, a questão do valor da obra, interessando-se, portanto, por tudo que é condicionamento. A ela se designa, por exemplo, estudos quantitativos que observam o consumo de literatura mediante o gênero literário; questões de cunho estritamente social levantadas pelos autores, como as noções de raça, gênero, classe e condição social; a relação entre a obra e as ideias de seu tempo; como determinada criação impacta na sociabilidade de um determinado grupo; entre outras possibilidades de estudo (BOURDIEU, 1996, 2007a, 2007b). Trata-se, assim, de “uma disciplina de caráter científico, sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica” (CANDIDO, 2010, p. 14). A crítica literária, por sua vez, sugere a análise da intimidade das obras, interessando-se por averiguar quais fatores atuam na organização

interna, de modo que se constitua uma estrutura alegórica. Tendo por base também o fator social, o que essa disciplina visa é determinar se este fornece somente matéria – ambiente, costumes, traços grupais, ideias –, que servem de veículo para conduzir a corrente criadora, ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que existe de essencial na obra literária.

Unindo a sociologia da literatura com as possibilidades da crítica literária, o que se tem, conseqüentemente, são os estudos literários (LIMA, 1966), que se pautam, de forma mais apropriada, pela *análise crítica*, incluindo-se, aí, os domínios da produção, da teoria e da historiografia literária. Desse modo, é possível embrenhar-se ainda mais na reflexão, em busca dos elementos responsáveis pela aparência e pelo significado da obra, que, uma vez associados, dão vazão a um “todo indissolúvel”. Tal procedimento visa compreender a singularidade e a autonomia relativa do texto literário, a partir do conceito de *organicidade da obra* (CANDIDO, 2010). Trata-se de uma solução que enquadra os escritores na perspectiva histórica e sociológica, sem negligenciar a intenção propriamente crítica de julgar os textos e os autores de maneira individualizada (JACKSON, 2009, p. 273). Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, é justamente esta concepção da obra como organismo vivo que admite, em sua análise, considerar e variar o vaivém dos fatores que a condicionam e a motivam. Quando são interpretados como parte constitutiva da estrutura, segundo Candido (2010, p. 25), cada elemento se transforma em componente fundamental do caso em questão, fazendo com que a sua legitimidade não possa ser contestada nem glorificada *a priori*. Para uma abordagem literária que se queira crítica e que dialogue diretamente com as ciências sociais, portanto, é necessário levar em consideração o fator da própria construção artística, “estudada no nível explicativo e não ilustrativo” (CANDIDO, 2010, p. 17).

Tomando esses registros como ponto de partida, e pensando nos aspectos internos do romance *Úrsula*, pode-se dizer que, em termos de forma, a obra é marcada pela linearidade narrativa, que se dá em terceira pessoa, embora se utilize da técnica de encaixes de historietas, em que as personagens, “desprovidas de maior complexidade psicológica” (DUARTE, 2009, 267), aparecem contando as reminiscências de suas vidas. O enredo contém elementos românticos, como o amor de dois jovens, a dor e a separação, cenas no cemitério e de morte. “Mas poderia bem ser um conto gótico”, como observa Norma Telles (1989, p. 76), o que nos faz lembrar das antigas histórias de tempos medievais, à moda europeia. As categorias espaço e tempo, por conseguinte, não podem ser identificadas com

maior precisão. Contudo, percebe-se que a narrativa é contextualizada em um período próximo ao da publicação do livro, 1859, cerca de trinta anos antes da promulgação da Lei Áurea, de 1888. O texto, que é organizado em vinte capítulos, pode ser dividido em quatro momentos distintos. Mas é na quarta parte, a mais interessante da obra, que se nota a riqueza do romance de cunho abolicionista, através de uma solidariedade particular de Maria Firmina para com os oprimidos, em especial as mulheres e os africanos e afrodescendentes escravizados. É nesta altura da trama, repleta de depoimentos narrados pela velha Mãe Susana, que a escritora descreve como era a vida em África entre seus pares; como se deu a captura pelos “caçadores de almas”; e como sobreviveu à viagem nos porões do navio, que se pode encontrar, logo na sequência, os dramas vividos pelos cativos no Brasil. Funcionando como uma espécie de *alter ego* da autora, como explica Eduardo de Assis Duarte (2009, p. 276), a velha africana se configura como uma voz feminina que carrega, em si mesma, uma verdade histórica, impregnada de comentários e intervenções moralizantes e que preparam o espírito do leitor, convidando-o à reflexão.

Considerando essa perspectiva, inclusive, o romance *Úrsula* pode ser enquadrado na situação de *arte crítica*³⁸, proposta por Miguel Chaia (2007), uma vez que sua narrativa faz transparecer os aspectos filosófico, intelectual e analítico da obra, remetendo-se diretamente à pessoa de Maria Firmina dos Reis e desempenhando, igualmente, um papel que a aproxima do estudioso social e, não menos importante, do cidadão combativo³⁹. Perfilhando-se aos escravizados e a seus descendentes, portanto, a maranhense acaba manifestando, pela via

³⁸ Miguel Chaia, em seu artigo *Arte e política: situações*, articula determinadas linhas teóricas e filosóficas com o intuito de refletir acerca dos domínios da arte e da política, propondo quatro eixos de análise que servem como base para tipificar aquilo que ele entende como “distanciamentos e aproximações” entre as duas esferas. São eles: a arte crítica, a politização da arte, a estetização da política e a presença política da obra. Se analisarmos com cuidado, tanto o romance *Úrsula* quanto os demais textos literários de Maria Firmina dos Reis podem ser enquadrados na primeira situação. Isso porque, a arte crítica é constituída por “uma relação básica entre a arte e a política, que se estabelece a partir de uma aguçada consciência crítica do artista, propiciando a um indivíduo ou a um pequeno grupo criar obras baseadas na sensibilidade social, no gozo da liberdade e nos esforços e pesquisas para o avanço ou revolução da linguagem. Estão reunidos, neste caso, aspectos formais e questões sociais. Nesta situação, a arte aparece como uma forma de conhecimento e investigação, constituindo uma modalidade de saber, apta a compreender o mundo e sintetizar a realidade” (CHAIA, 2007, p. 22).

³⁹ Sobre essa característica inerente ao papel social que os escritores ocupam enquanto intelectuais em uma dada sociedade, Adriana Facina (2004, p. 9) complementa que o trabalho por eles realizado “envolve necessariamente a preocupação estética com a linguagem. Seja um defensor da ‘arte pela arte’, mais preocupado com a experimentação formal do que com a transformação da sociedade, seja um autor engajado, que vê na sua obra um instrumento para mudar o mundo, ambos veiculam ideias, valores e opiniões através de um tipo de escrita em que forma e conteúdo são indissociáveis”.

literária, seu pertencimento a este estrato da sociedade. Em uma reflexão inédita na escrita de seu tempo, ela associa gênero e etnia, evidenciando que a ausência de liberdade do negro emana do mesmo sistema que subordina a mulher (DUARTE, 2005, p. 443). Se comparada aos demais escritores brasileiros do XIX, antecipando Castro Alves, que escreveu *Navio negreiro* (1869) e *Os escravos* (1883); Joaquim Manoel de Macedo, de *As vítimas-algozes* (1869); Bernardo Guimarães, de *A escrava Isaura* (1875); e Aluísio Azevedo, de *O mulato* (1881), ao estabelecer uma diferença discursiva com relação a esses autores, Firmina acaba reivindicando, para si, ainda que não intencionalmente, um novo lugar: o da literatura de autoria feminina, abolicionista e afro-brasileira.

É interessante observar, porém, que o conto *Gupeva*, escrito pouco tempo depois, segue um caminho diametralmente oposto ao de *Úrsula*, uma vez que se destaca muito mais pelo diálogo que estabelece com a tradição indianista brasileira⁴⁰, bastante em voga entre os escritores do período, do que pelo acento abolicionista, característica presente nas obras autora e que surgiria como tema na literatura e na política brasileiras, com mais força, somente a partir da década de 1870 (ALONSO, 2002). O conto, que se divide em cinco capítulos publicados em formato de folhetim, apresenta um complexo e imbricado enredo, cuja tônica trata da saga de um índio, Gupeva, pai de Épica, que se apaixona pelo marinheiro francês Gastão. O nome da personagem, inclusive, tem como origem o poema *Caramuru*, escrito, em 1781, por Frei José de Santa Rita Durão (1945). O texto de Maria Firmina dos Reis veio a público pela primeira vez no jornal *O Jardim das Maranhenses*, entre outubro de 1861 e janeiro de 1862, e, nos anos seguintes, em 1863 e em 1865, o folhetim completo é publicado duas vezes mais: uma no jornal *Porto Livre*, outra no jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações. Depois disso, foi reeditado somente a partir da transcrição,

⁴⁰ Para o aprofundamento dessa discussão, recomendo a leitura do livro *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*, da pesquisadora Luzia Aparecida Oliva dos Santos (2009), considerando que, em seu estudo, a autora percorre as etapas de criação da literatura brasileira em busca da representação do índio em suas diferentes nuances. Ao todo, dezoito obras são analisadas pela perspectiva da figuração, que define a presença do nativo brasileiro pela linguagem e a colore de acordo com a época e com as estratégias de cada autor. O percurso se estende da *Carta de Achamento*, de Pero Vaz de Caminha, no período do “descobrimento”, até a publicação de *Maíra*, de Darcy Ribeiro, em 1976. As análises contidas em sua pesquisa consideram as diferentes convenções ideológicas e de estilo dos vários movimentos culturais que promovem o diálogo entre o indianismo e o indigenismo literário brasileiro. O propósito didático presente no livro consiste em subsidiar os leitores por meio de um roteiro de leitura, que abriga o pensamento científico conjugado com a presença de trechos das obras, elementos de fundamental importância para a compreensão desse universo literário.

na íntegra, que José Nascimento Morais Filho fez dele, em seu *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de 1975, mais de cem anos após a primeira publicação.

Feita essa breve “digressão literária”, a autora retoma a temática da condição do negro na sociedade escravagista e redige o conto *A escrava*, divulgado pela *Revista Maranhense*, em 1887, também em forma de folhetim, no auge das campanhas abolicionista e republicana. Nessa obra, elaborada em um período de acentuada maturidade intelectual da escritora, em meio à trama, Firmina se reapropria de seu discurso combativo e de sua postura antiescravista, já evidenciados em *Úrsula*, mas, dessa vez, com uma tonalidade militante fortemente impregnada por justiça social. Constam, no enredo, informações sobre os preceitos legais que regiam a vida dos cativos; aspectos da economia brasileira; e discussões sobre a civilização e o progresso do país. Desse modo, articulando na trama uma acalorada discussão em que um dos convivas, enfaticamente, critica a lógica da escravidão por suas características anti-humanista e degradante, Firmina deixa explícita sua posição política, uma vez que a sujeição dos escravizados é apresentada como uma vergonha nacional, ou seja, uma questão moral que atenta à dignidade do Brasil frente às demais nações livres⁴¹.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a sorte dos negros passou a ter maior receptividade de escritores brasileiros somente a partir da segunda metade do XIX, mais precisamente, a partir da década de 1870. Mas isso não foi por acaso. Agudas influências das ideias iluministas, que culminaram com a Revolução Francesa, de 1789, e do embrionário romantismo vindo da Europa, alcançariam a nossa intelectualidade (ALONSO, 2002). Além destas, um “bando de ideias novas”⁴², como argumentou Silvio Romero (apud BARRETO, 1926, p. XXIII-XXIV), oriundas de novas escolas europeias de pensamento, às voltas com autores como Spencer, Comte e Darwin, impactaram significativamente na mentalidade brasileira da época, abrindo espaço para o estabelecimento de uma nova doutrina, que, se não era inexistente anteriormente no Brasil, pelo menos, nesse momento, mostraria definitivamente a sua força: o abolicionismo. Foi esse novo discurso, inclusive,

⁴¹ Vale lembrar que o último país das Américas a abolir a escravidão em seu território, ao menos por força da Lei, foi o Brasil. Em seu mais recente estudo, intitulado *Flores, votos e balas*, a socióloga Angela Alonso (2015) descreve, em detalhes, a forma como se deu esse processo, apresentando um diferencial com relação aos demais trabalhos realizados até então sobre esse capítulo da história brasileira: a importância do movimento abolicionista e da rede de ativistas, associações e manifestações públicas antiescravistas que emergiram no país, principalmente entre os anos de 1868 e 1888, e que, diferentemente do que se pensava até então, tiveram um papel crucial no que diz respeito à libertação dos escravizados, para além da resistência dos próprios cativos ou mesmo das graças da princesa.

⁴² Entre elas, destacam-se: o positivismo, o evolucionismo, o republicanismo, o abolicionismo, a crítica religiosa anticlericalista, as transformações no âmbito jurídico e da política, o realismo e o naturalismo.

que contribuiu para que os negros obtivessem maior relevância nas matérias jornalísticas, nas conferências jurídicas, nas crônicas de jornais, na poesia e na prosa de ficção (CARVALHO, 2006, p. 54), muito embora esse fenômeno não tenha significado o fim dos preconceitos e da discriminação, nem a ascensão da figura do negro à igualdade com a do branco, uma vez que a hierarquia social continuou existindo, tendo, além do mais, amplo apoio das ciências, sobretudo da biologia.

Dentro desse quadro referencial, em termos conceituais, é preciso considerar, também, que determinadas classificações como gênero, raça, etnia, identidade e condição social tornam-se fundamentais para o acompanhamento de todo um percurso de mudanças históricas. Ter em mente essas dimensões nos auxilia a compreender, com maior propriedade, alguns dos sentidos e significados presentes na trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis e que aparecem embebidas em sua obra, além de buscar compreender como estes influíram no contexto social daquele Brasil em vias de transição. Esses elementos, ainda, quando analisados sob um mesmo prisma, não devem ser encarados como um conjunto de “sujeições combinadas” (STOLCKE, 1991). A melhor saída para essa questão, conseqüentemente, pode ser trabalhar com a noção de “interseccionalidade⁴³”, uma vez que, com ela, torna-se possível explicar como normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades, influenciam-se reciprocamente (MATTOS, 2011).

Finalmente, devido ao fato de os escritos de Firmina portarem, entre outros elementos, ataques àquela sociedade escravagista; os modos de ser e estar da autora; sua percepção da realidade; bem como seus ideais e anseios mais íntimos, ao aferir o olhar para os possíveis sentidos implícitos em cada fragmento dos textos, o que se percebe, para além das manifestações contrárias ao sistema vigente, é a existência de um fio condutor que permeia boa parte de sua produção. Trata-se de um conjunto de ideias que pode ser entendido

⁴³ De acordo com Patrícia Mattos (2011), a noção de interseccionalidade (*Intersektionalität*) foi cunhada pelas autoras alemãs Nina Degele e Gabriele Winker, no início dos anos 2000, ainda que o debate em torno dela tenha se iniciado na década de 1980, a partir das discussões de feministas negras norte-americanas e brasileiras. Na tentativa de rever criticamente a formulação teórico-metodológica da proposta, porém, a advogada e ativista estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw (2002, p. 177) a definiu da seguinte maneira: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Tal abordagem, portanto, permite articular a relação entre agência e estrutura, contemplando o nível das estruturas sociais, das representações simbólicas e da identidade, o que permite compreender, de modo mais adequado, a dinâmica da dominação social e das categorias de diferenciação que naturalizam, produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

como o pensamento político da maranhense. E esse fenômeno pode ser observado, de forma tácita, quando examinamos a obra na íntegra, fazendo com que os textos da escritora estejam sempre correntes e fazendo com que eles adquiram a condição de *sujeito relativo*. É em busca desse fio condutor, que marca a trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, portanto, que a continuação dessa pesquisa se dará.

2. COM A PALAVRA, “UMA MARANHENSE...”

Nos primeiros séculos da história brasileira, as manifestações literárias em defesa da liberdade e dos africanos e afrodescendentes escravizados foram, praticamente, inexistentes. Somente no final da década de 1840 é que a temática do cativo passa a ocupar algum espaço em nossa literatura, sendo o poeta maranhense Gonçalves Dias o seu responsável direto. Ao negro, ele dedicou especial atenção em *Meditação* e *A escrava*, ambos publicados em 1846. No Maranhão, nesse período, constam também as presenças de escritores que trataram dessas questões em suas respectivas narrativas, sob diferentes vieses e com perspectivas variadas, tendo maior destaque os nomes de Trajano Galvão de Carvalho (1830-1864), autor de *Calhambola, a crioula*, de 1854; Celso Magalhães (1849-1879), que escreveu *O escravo*, de 1867; Sousândrade (1833-1902), autor de *O guesa*, redigido ao longo de trinta anos, entre 1854 e 1884; e Aluísio Azevedo (1857-1913), criador de *O mulato*, publicado em 1881 (MENDES, 2011, p.23-4). Uma das primeiras vozes femininas no Brasil a registrar as temáticas afro-brasileira e da escravidão na literatura, portanto, é a de Maria Firmina dos Reis, com a publicação de *Úrsula*, em 1859.

Embora a maranhense possa ser inserida entre os precursores do romantismo de cunho abolicionista⁴⁴, a sua entrada no mundo das letras não deve ter sido tarefa fácil. Ao menos no que diz respeito a uma possível aceitação de sua obra inaugural pelos seus pares e ao próprio sentimento de pertencimento da jovem escritora, ainda bastante hesitante, a esse estrato recém-inaugurado da cultura local. E isso fica evidente logo na abertura do romance, quando Firmina, antes de qualquer coisa, registra que: “Mesquinho e humilde livro é este vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume” (REIS, 2009, p. 13). Por trás dessa declaração de

⁴⁴ Conforme o exposto, o romance *Úrsula* foi publicado já no final da década de 1850, na cidade de São Luís. Naquele momento, as ideias que influenciariam o aproveitamento do negro enquanto um tema a ser trabalhado na literatura brasileira tiveram como referência imediata a Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 4 de setembro de 1850. A nova legislação, no entanto, não surtiu os efeitos esperados, uma vez que a extinção do tráfico negreiro para o Brasil não aconteceu de fato e que as negociatas que passaram a ocorrer de modo ilegal fizeram com que a população de cativos aumentasse vertiginosamente no país. Essa nova realidade, possivelmente, serviu como embrião para a introdução das primeiras personagens negras em nossa literatura e, algum tempo depois, já na década de 1870, a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, para o surgimento de um movimento estético que faria da palavra escrita arma de resistência contra a ordem escravagista: o romantismo de cunho abolicionista. Para melhor compreender como se deu esse processo, ainda que o autor não se refira necessariamente à figura de Maria Firmina dos Reis, recomendo a leitura do artigo: *A trajetória do negro na literatura brasileira*, de Domício Proença Filho (2004, p. 161-193).

modéstia, conseqüentemente, a escritora revela os primeiros sinais de sua preocupação. Mas é na passagem seguinte, a mais sintomática de seu *Prólogo*, que os motivos de sua súplica se tornam ainda mais evidentes: o fato do livro ter sido “escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados” (REIS, 2009, p. 13). Como alguém que pede a autorização dos demais antes de seguir viagem, a autora se arrisca na empreitada e, buscando a compaixão de seus leitores, deixa explícita a sua intenção de continuar escrevendo e de mostrar a todos e todas que suas criações poderiam servir de inspiração para que outras mulheres, assim como ela o fizera, se aventurassem pelo universo da escrita:

Deixai pois que minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dote da natureza, nem enfeites e louçanias d’arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o engenho, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2009, p. 14)

Impossibilitadas de exercer efetiva participação na sociedade brasileira oitocentista e de outrora, de ocupar funções e cargos públicos, de garantir com dignidade sua própria sobrevivência e de galgar níveis mais elevados de ensino e instrução, as mulheres, como pôde ser observado no capítulo anterior, por muito tempo, ficaram restritas aos ambientes privados e aos desígnios e mandos de seus pais, tios, irmãos, maridos e até mesmo senhores. No que diz respeito à criação artística, também, muitas delas se tornaram reféns das construções textuais e imagéticas e das demais representações e significações oriundas da imaginação e da criatividade masculinas (TELLES, 1997, p. 408). Daí, provavelmente, as razões que levaram Maria Firmina dos Reis a se justificar. Para além da questão feminina, contudo, o que se percebe em *Úrsula* é uma preocupação inerente da autora em tratar do lugar ao qual os africanos e afrodescendentes escravizados foram destinados naquela sociedade, bem como da instituição da escravidão enquanto um mal a ser combatido. Essa solidariedade para com os oprimidos, presente ao mesmo tempo em seu conto *A escrava* e, em alguma medida, em *Gupeva*, é marca significativa de sua escrita e da maneira como expõe suas ideias. Percorrer esses textos em busca de pistas que possibilitem uma melhor

compreensão de sua visão de mundo, de seus valores e de seus ideais, logo, é o intuito desta seção.

2.1. *Úrsula*, “romance original brasileiro”

A partir da segunda metade do século XIX, os primeiros registros da prosa de ficção à brasileira começaram a ser esboçados e apresentados aos poucos leitores do Império como possibilidade de entretenimento, de distração, mas, sobretudo, como uma maneira de os autores retratarem as especificidades de uma sociedade que, apesar de ainda se manter na condição de estamento, sob a autoridade de um governo monárquico e de estar baseada em uma economia extrativista de ordem escravagista, passaria a sofrer transformações profundas em sua estrutura e em seu modo de organização. O movimento abolicionista, que inspiraria uma parcela considerável dessa produção letrada, no entanto, demorou certo tempo para se configurar no país. Desde o início de nossa história, sempre houve quem se posicionasse contrariamente ao cativo e às implicações dele decorrentes. Mas há que se considerar que pensamento é diferente de ação. E é neste ínterim, em meio a uma conjuntura política e econômica em vias de ebulição, que surge, em pleno Maranhão oitocentista, a figura de Maria Firmina dos Reis, com a publicação de *Úrsula*, um “romance original brasileiro”.

A obra de estreia da escritora, sob determinados aspectos, pode ser considerada como algo novo nas letras nacionais. Isso porque, além de ter sido escrita por uma mulher afrodescendente e de ser uma das primeiras do gênero no país, sua narrativa aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia das injustiças enraizadas há séculos naquela sociedade, que fazia dos cativos e das mulheres as suas principais vítimas. Ao descrever os dramas vividos pela jovem *Úrsula* e por sua desafortunada mãe, bem como as infelicidades de Tancredo, um estudante da Faculdade de Direito de São Paulo que fora traído pelo próprio pai, Firmina redobra sua percepção acerca dos valores patriarcais, construindo um universo ficcional em que a donzela frágil e desvalida é disputada, ao mesmo tempo, pelo mocinho e pelo vilão. Soma-se a trama a tragédia dos escravos Túlio, Susana e Antero, que recebem no texto um tratamento diferenciado, marcado pelo ponto de vista interno e pautado por uma acentuada fidelidade à história até então oculta da diáspora africana no Brasil.

Se observarmos atentamente o surgimento das primeiras personagens negras na literatura brasileira, especialmente a partir da década de 1850, veremos que o discurso de Maria Firmina dos Reis presente em *Úrsula*, no que diz respeito à forma, não se distingue muito do que dizem os demais autores brancos que estão olhando para as dinâmicas do cativo e para as condições dos africanos e afrodescendentes escravizados. Mas o fato da escritora se irmanar aos cativos e a seus descendentes faz com que suas palavras assumam uma perspectiva outra⁴⁵, revelando, dessa maneira, a qual segmento daquela estrutura social ela se filia. Túlio, Susana e Antero são personagens cujas identidades se destacam no plano constitutivo do romance, uma vez que suas vozes aparecem em dissonância com os discursos histórico e literário tradicionais, ou seja, não apenas como vozes de escravizados que aceitam a subordinação ao poder estabelecido, mas, pelo contrário, fazendo a crítica do processo escravagista. E é justamente aí que a novidade reside.

“São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonança calma (...) os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito” (REIS, 2009, p. 15). Assim se inicia o primeiro capítulo do livro. Essa exaltação à natureza, característica típica da ficção de cunho romântico, demonstra, para além da interação da maranhense com a paisagem, a sua necessidade de descrever e de exaltar as qualidades e a imensidão das terras brasileiras. Mostrar a potência natural do país para, posteriormente, contrastá-la com sua postura frente à exploração do trabalho servil, é uma das táticas empreendidas pela escritora para estabelecer o ambiente de sua *crítica social*. O universo ficcional de *Úrsula*, por sua vez, é permeado por momentos de desencontro, ilusões e decepções. E o texto é marcado pela linearidade narrativa e pela construção de personagens desprovidas de maior complexidade psicológica, que vivem, quase sempre, situações extremas, reguladas pelo acaso e por mudanças drásticas de destino. Vale lembrar que o romance está situado no contexto da literatura folhetinesca, o que demonstra o quanto a autora se apropria das técnicas textuais de fácil aceitação popular, com o intuito de utilizá-las como instrumento a favor da consagração e da valorização dos oprimidos.

⁴⁵ De acordo com a pesquisadora Algemira de Macedo Mendes (2011, p. 25), “*Úrsula* ultrapassa esse usual ponto de vista, porque adota posicionamento explicitamente antiescravagista, diferentemente de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas algózes*; Bernardo Guimarães, em *A escrava Isaura*; Pinheiro Magalhães, em *O comendador*; e Francisco Gil Castelo Branco, em *Ataliba, o vaqueiro*”.

O triângulo amoroso formado pela jovem Úrsula, Tancredo e por seu tio, o Comendador Fernando P., que aparece no enredo como a encarnação de todo o mal sobre a terra, ocupa o plano central das ações. Não bastando ter assassinado o pai e abandonado a mãe da protagonista, que ficara por um longo período prostrada em uma cama, essa personagem é descrita por Firmina como uma figura sádica e cruel, qualidades atribuídas aos senhores de escravos que exploravam até o limite da exaustão a mão de obra forçada. Ao final da trama, tomado por ciúmes, o vilão mata Tancredo, na mesma noite em que ele e Úrsula se casariam, o que leva a heroína à loucura e, por conseguinte, ao túmulo. O Comendador acaba sendo acometido por sentimentos de remorso e de culpa, que também o levam à morte, não sem antes passar pela libertação de seus escravos e por um período de reclusão em um convento. Apesar do desfecho fatídico e infeliz e dos desgostos vividos pelas personagens principais ao longo da trama, o livro cresce na medida em que surgem os episódios narrados em primeira pessoa pelos próprios cativos. Antes de analisarmos tais fragmentos, porém, vejamos como a autora estrutura suas ideias.

A primeira ação de *Úrsula* está contida no instante em que o jovem Túlio salva a vida de Tancredo, após este sofrer a queda de um cavalo. A amizade que se estabelece a partir de então constitui a diferença basilar entre um romance açucarado qualquer do período e um livro que busca romper com o *status quo*. Ao propor tal cena, Maria Firmina dos Reis coloca o elemento servil em pé de igualdade com o homem branco, situando ambos em um mesmo estatuto discursivo. Além disso, percebe-se que não há a utilização de sotaques, acentos, gírias ou mesmo trejeitos que subjuguem uma personagem em detrimento de outra. Não por acaso, o primeiro capítulo do livro, destinado à apresentação do cenário e da afetividade que se forma entre Túlio e Tancredo, foi denominado *Duas almas generosas*. Acontece, no entanto, que o sentimento de satisfação vivido por essa primeira personagem negra, cujo perfil dramático e existencial vai além da mera força de trabalho, acaba sendo freado pelo descontentamento e pela tristeza que sua condição de escravizado lhe impunha:

– Que ventura! – então disse ele, erguendo as mãos aos céus – que ventura podê-lo salvar.

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias: o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e

a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!... Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo de sua miséria. (REIS, 2009, p. 22)

Nas considerações que o narrador faz a respeito de Túlio, logo na sequência, evidencia-se o primeiro discurso do livro contrário à escravidão e que é propositalmente empregado pela autora ao definir seu caráter. Mesmo sofrendo as agruras do cativo, o jovem é descrito como um homem “virtuoso”, de “alma pura” e portador de “sentimentos generosos”:

Coitado do escravo! nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargura dor!!...

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista. (REIS, 2009, p. 22-3)

Contrapondo-se aos estereótipos associados ao elemento servil e que estão presentes nos demais romances publicados no período, Maria Firmina dos Reis, portanto, com base em preceitos éticos e morais do cristianismo, institui a imagem do escravo bom e fiel que, apesar de viver sob a égide do cativo, não se permite embrutecer. Vale notar que o artifício utilizado pela autora é bastante parecido com o comportamento atribuído à personagem principal de *A cabana do pai Tomás*, da escritora estadunidense Harriet Beecher Stowe, publicado em terra estrangeira alguns anos antes de *Úrsula*, entre 1851 e 1852. E mesmo não havendo registros que possam comprovar o contato da maranhense com as ideias ali expostas, é de se supor que ela tenha lido o livro, já que, por ter sido um dos grandes fenômenos literários do século XIX, acabou sendo fortemente difundido entre os membros da intelectualidade brasileira⁴⁶.

⁴⁶ Como explica o pesquisador Hélio de Seixas Guimarães (2013, p. 424): “a repercussão do *Pai Tomás* no Brasil foi intensa. Isso tanto no sentido de fornecer aos escritores daqui um estoque de imagens literárias do escravo e de situações relacionadas à escravidão, que passariam a integrar o imaginário dos escritores brasileiros (quantas das tragédias de ser vendido, dos sofrimentos da senzala, dos dramas familiares, das cenas de fuga e suicídio têm inspiração no livro de Beecher Stowe, que lhes deu figuração e ampla circulação

O encontro dessas “duas almas generosas”, de volta ao texto, também não é feito por acaso. A intenção de Maria Firmina dos Reis ao conceber tal cena, baseada na gratidão mútua e no sentimento de amizade que se assenta entre Túlio e Tancredo, é a de mostrar que, apesar das adversidades oriundas do sistema escravagista, ambas as raças poderiam viver em concordância e harmonia, o que remete suas ideias aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, defendidos com entusiasmo pelos adeptos do Iluminismo:

– Homem generoso! único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: – és meu! – ele curvou a fronte, e humilde, e rastejando qual erva, que se calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam: – escravidão?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente⁴⁷ de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. *Oh! a mente! isso sim ninguém a pode escravizar!*⁴⁸ Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que se engolfara, e a realidade opressora lhe aparece – é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira – foge a tranquilidade da choupana, foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e seu choro, só Deus compreende! Ela, não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora; porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos. (REIS, 2009, p. 38-9)

internacional?), como nas reações de acolhimento e recusa que o livro provocou entre intelectuais e literatos brasileiros, que reagiram em suas obras às estratégias e procedimentos adotados por Beecher Stowe para defender a abolição da escravidão nos Estados Unidos. A presença do *Pai Tomás* se multiplicou em traduções e adaptações da história que se sucederam, no Brasil e no mundo, não só na forma de livro, mas também em numerosas e célebres representações teatrais, que caprichavam na encenação dos suplícios dos escravos e viraram uma espécie de febre em todo o mundo”.

⁴⁷ Lamento fúnebre; canção de despedida.

⁴⁸ Grifo meu.

Mais adiante, no capítulo denominado *A preta Susana*⁴⁹, o posicionamento de Maria Firmina dos Reis contrário às dinâmicas do cativo se torna ainda mais inflamado. Operando como uma espécie de *alter ego* da escritora, nessa altura do romance, já não é mais do narrador a voz que enuncia os acontecimentos pretéritos, mas é a própria personagem escravizada quem toma para si o discurso, ao descrever, em primeira pessoa, os detalhes de sua captura em África; a conturbada viagem ao Brasil ocorrida nos porões do navio negreiro; e as condições desumanas às quais fora submetida, junto aos seus, além-mar. E é por intermédio das memórias narradas por essa segunda personagem negra que Firmina chama a atenção de seus leitores para a brutalidade que envolvia as dinâmicas da servidão. Outro aspecto que merece destaque é a caracterização física atribuída à preta Susana, uma vez que tal imagem remete o leitor às sensações de sofrimento, angústia, amargura e dor. Afastando-se de eventuais concepções erotizantes, bastante comuns em figuras femininas negras criadas no período, a escritora a apresenta como uma senhora idosa, desprovida de atributos físicos e de maiores qualidades estéticas:

Susana chamava-se ela; trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs. (REIS, 2009, p. 112)

Ainda que tenha sido feita de modo superficial, a composição singela dessa personagem é proposital e plenamente aceitável. Isso porque, a intenção da autora é fazer valer o depoimento de preta Susana, ao invés de meramente descrevê-la como alguém digna de piedade, o que desviaria a atenção do leitor e enfraqueceria seu argumento. É preciso notar, também, que tal descrição foi inserida no romance justamente no momento em que é narrada a alforria de Túlio dada por Tancredo, no sentido de relativizá-la enquanto conquista da liberdade. Comparando-a à vida que levava em África, a velha escravizada, inclusive, ironiza a “liberdade” recebida pelo jovem recém-alforriado, acreditando que esta, por não ser autêntica, acabaria o levando à morte:

⁴⁹ A título de esclarecimento, entre o primeiro e o nono capítulos, o movimento empreendido pela autora se volta para a descrição das demais personagens e para a ambientação da trama, com o intuito de abrir caminho para o que pode ser considerado como o clímax do romance: as narrativas em primeira pessoa apresentadas pelas personagens escravizadas. Por tal motivo, e considerando o recorte da pesquisa, tomo a liberdade de estabelecer um salto e direcionar a análise especificamente para as ideias de Maria Firmina dos Reis acerca da escravidão.

– Tu! tu livre? ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?...

– Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria.

Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou o fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos.

Túlio olhou-a com interesse; e começava a compreender-lhe os pensamentos.

– Não se aflija – disse – Para que essas lágrimas? Ah! perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste!

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

– Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor de minha alma: – uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2009, p. 114-5)

Mesmo sabendo que Maria Firmina dos Reis jamais saíra do Maranhão, tendo seu conhecimento acerca do continente africano baseado apenas no que havia lido e/ou ouvido falar pelos cativos com os quais convivera, ela usa sua capacidade inventiva para transportar o leitor àquele território, contrapondo-se ao discurso hegemônico acerca do *paraíso tropical à brasileira* e apresentando uma perspectiva outra, que busca estabelecer um sentido novo, agora mais positivado, a respeito de África e das populações trazidas de lá. Note-se, também, nesse mesmo fragmento, a inversão de valores sugerida pela autora: “bárbaros” são os homens brancos caçadores de almas, e não os africanos, que foram arrancados à força de sua terra natal. Dessa maneira, conseqüentemente, buscando consagrar seu ponto de vista, Firmina atinge o ponto alto de *Úrsula*, o mais impactante de toda a sua produção literária:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!...

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados*⁵⁰ em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muito não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades⁵¹. (REIS, 2009, p. 116-7)

⁵⁰ Grifos da autora.

⁵¹ A perspectiva utilizada por Maria Firmina dos Reis para descrever as cenas do aprisionamento de da travessia nos porões do navio impressionam, justamente, por sua proximidade com os raros depoimentos de escravizados que conseguiram se libertar e, conseqüentemente, registrar suas memórias. A narrativa autobiográfica de Mahommah Gardo Baquaqua, por exemplo, a única publicada por um africano tornado cativo no Brasil, antecede em cinco anos a publicação de *Úrsula* e confirma, em muitos aspectos, os detalhes apresentados pela maranhense em seu romance. Veiculado em formato de livro, em 1854, na cidade norte-americana de Detroit, de acordo com a pesquisadora Algemira de Macedo Mendes (2011, p. 38), ao descrever como se deu a triste viagem, Baquaqua afirma: “Quando estávamos prontos para desembarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira-mar. (...) O primeiro barco alcançou o navio com segurança, apesar dos fortes ventos e do mar agitado; o próximo a se aventurar, porém, emborcou e todos se afogaram. Fui colocado no próximo que seguiu rumo ao navio. Deus houve por bem me poupar, talvez por alguma razão. Fui então colocado no mais horrível de todos os lugares. Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desventurado, o miserável desgraçado que tenha confinado em seus portais. Oh! amigos da humanidade, tenham piedade do pobre africano, alijado e afastado de seus amigos e de seu lar, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro entre religiosos e benevolentes. (...) Chegando em Pernambuco, América do Sul (...)”.

Ao reavivar suas memórias e todo o sofrimento por elas causado, preta Susana assume uma *postura política* que denuncia as mazelas da escravidão e que, concomitante e metonimicamente, acaba fazendo com que o seu eu individual desemboque em um nós coletivo, uma vez que ela reúne em seu depoimento as angústias vividas por todos aqueles que foram escravizados e trazidos à revelia para o Brasil. A amargura e o desespero gerados pela captura e pelos demais infortúnios vividos por essa personagem no porão do navio, apesar disso, aos poucos vão sendo sobrepujados, ou melhor, “sufocados” pelas situações cada vez mais degradantes às quais aquela gente havia sido submetida. Explicitando os maus-tratos vividos por Susana em sua travessia transatlântica, Maria Firmina dos Reis, por consequência, deixa explícita a impossibilidade de se reverter tal situação, não lhe restando outra alternativa a não ser aceitar calada a sua mais nova condição de cativa. Eis a chave para compreender a estratégia utilizada pela autora para atacar as dinâmicas do cativo, sem agredir diretamente as convicções de seus leitores brancos.

Além dessas lembranças narradas em primeira pessoa pela velha africana e da liberdade relativa que preside a atual situação de Túlio, *Úrsula* trata ainda de um tipo diferente de escravo: aquele que perde sua autoestima e que, apesar de ser descrito como alguém que tem um bom coração, se deixa levar pelo alcoolismo. Representado pela figura decrépita de pai Antero, o enfoque que a maranhense dá à essa terceira personagem negra também é engenhosa, pois, para além de cumprir na trama um contraponto dramático ao caráter elevado do jovem recém-alforriado, escapa de um argumento equivocado, segundo o qual todo negro seria moralmente superior e todo branco inescrupuloso. Seguindo nessa direção, logo, a maranhense estabelece os limites de sua crítica, no sentido de se proteger de eventuais julgamentos por parte do público. Vale observar, não obstante, que essa tríade de personagens escravizadas é arquitetada a partir de concepções éticas, estéticas e psicológicas que as distancia dos demais estereótipos associados às personagens negras da literatura brasileira oitocentista, o que confere à narrativa fiminiana determinados acontecimentos que não seriam possíveis de acontecer caso fossem apresentados nos mesmos moldes.

Outro aspecto a ser considerado é a passividade e a conivência da Igreja católica com relação às dinâmicas cativo, o que reforça o discurso anticlerical defendido e articulado por Maria Firmina dos Reis em alguns momentos de sua obra. As relações íntimas que se constituíam no século XIX entre padres e senhores de escravos, por exemplo, são apresentadas em *Úrsula* de um modo peculiar, sugerindo que os membros do clero, ao se calarem perante os ditames da escravidão, acabavam se beneficiando dos favores que lhes

eram oferecidos por representantes da elite econômica. A título de ilustração, destaca-se a passagem em que o narrador descreve a amizade entre o Comendador, um “homem estúpido e orgulhoso”, e o Capelão da sacristia, “um santo homem que se submetia aos mandos e caprichos e era cúmplice do senhor”:

O comendador, talvez mais por ostentação que por sentimentos religiosos, tinha em sua casa um capelão, que era voz pública ser-lhe muito dedicado em consequência de altos favores feitos pelos pais de Fernando à sua família. Fosse pelo que fosse, o capelão de Fernando P... dizia-se amigo deste, e isso causava a todos admiração; porque o comendador era um homem detestável e rancoroso, e o sacerdote parecia ser um santo varão. Por singular anomalia estes dois homens pareciam querer-se, ou suportar-se reciprocamente, e essa união dava-lhes a reputação de íntimos amigos. (REIS, 2009, p. 177-8)

Mais à frente, quando a autora organiza a cena da captura de preta Susana comandada pelo Comendador, que estava completamente tomado por de ciúmes e desejoso de vingança, não à toa o padre acaba fazendo parte da comitiva que sai à procura da velha cativa, acusada de tentar proteger os noivos foragidos, Tancredo e Úrsula. A intenção de Maria Firmina dos Reis, aqui, não é a de demonizar a figura do sacristão, mas, pelo contrário, mostrar que nem mesmo o poder da Igreja católica escapava dos caprichos e das vontades dos senhores de escravos. Esse comportamento, inclusive, pode ser atestado no momento em que o padre, atônito, se defronta com a conduta colérica e inflamada de seu “amigo”, logo após defender a negra e relembrar ao Comendador que quem condena um inocente ao inferno a ele será condenado:

– Mentos, padre maldito! A vossa doutrina não a escutarei nunca. A vingança, desejo-a com ardor, afaga-o. Não sabes que é a única esperança que me resta? Amor! ventura!... tudo, tudo caiu no abismo... Eles o quiseram... oh! não os hei de poupar.

O inferno? Haverá pior de que o que trago no coração?! O inferno?! O inferno me restituirá Úrsula pura da nódoa do amor de outrem, porque será lavado no sangue do homem por quem desprezou-me.

Sabes acaso o que é ser desdenhado pela mulher que amamos? Sabes o que é ser iludido, aviltado por aquela a quem déramos a vida, a honra, a alma se no-la pedisse!?!...

– Filho, – arriscou ainda o velho sacerdote – não desafieis a cólera do Senhor. O sangue de vosso irmão vos queimará a alma; e o amor, de que vos servirá então? Julgais que vos poderá ele afagar quando ante vós se

erguer mudo e impassível o espectro ensanguentado de vossa vítima, clamando: – és o meu assassino!!!...

Então embalde suplicareis o meigo auxílio do sono, que vossos olhos pasmados e fitos no medonho fantasma não poderão cerrar.

Então ele erguerá a voz, e exclamará com horrífico acento, que vos resfriará os membros: – Maldição do Senhor sobre aquele que assassinou o homem, que era seu irmão!

– Cala-te... cala-te, estúpido que és – rugiu o comendador – Que me importa a mim a vingança dos mortos! Tancredo, Úrsula não se hão de rir do homem a quem ludibriaram. (REIS, 2009, p. 194-5)

Diferentemente dos desenlaces presentes nos demais romances publicados em período próximo ao surgimento de *Úrsula*, a perspectiva à qual a autora se filia para encerrar sua narrativa não prevê para as personagens um final feliz, mas, sim, um desfecho fúnebre e sem quaisquer expectativas de melhora. Preta Susana, por exemplo, tendo plena consciência da opressão a que fora submetida em terras brasileiras, encontra na morte a única saída para reconquistar aquilo que somente em juventude pudera gozar: *a verdadeira liberdade*. E essa imagem da morte como sendo a redenção de todo o sofrimento vivido por ela remete o leitor diretamente à ideia de “salvação”, difundida à exaustão e perpetuada pela Igreja católica até hoje. E mesmo tendo a oportunidade de escapar do cativo antes de receber sua sentença, a velha escravizada, alegando ser inocente, recusa essa opção, o que sugere que ela, assim como as demais personagens negras, possui um código de conduta próprio, agindo sempre em conformidade com os seus próprios valores.

Finalmente, é preciso dizer que *Úrsula* não tem a pretensão de ser uma bula abolicionista ou mesmo um panfleto para tratar de questões sociais, embora as críticas nessa direção estejam sempre recorrentes no livro. Até porque, ao redigi-lo, a intenção de Maria Firmina dos Reis foi justamente a de tratar de questões fundamentais, como a problemática da escravidão negra no Brasil, mas sem se comprometer diretamente com elas. Ao menos nesse primeiro momento, ainda bastante embrionário. Do mesmo modo, ao conferir aos africanos e afrodescendentes escravizados uma nova conformação, uma configuração outra, que até então lhes era negada, a autora os apresenta como seres distintos, detentores de sentimentos, memória e alma; e não como simples objeto, como a ideologia dos escravocratas fazia acreditar, sempre subestimando a sua capacidade de ação e de intervenção no mundo. É em decorrência desse feito, conseqüentemente, que o romance inaugural da maranhense assume relevância e reconhecimento, podendo ser recebido com bons olhos pela crítica.

2.2. Uma breve digressão indianista

Se o tratamento que Maria Firmina dos Reis atribui às personagens negras e à questão da escravidão em *Úrsula* é um tanto particular para a literatura brasileira produzida até aquele momento, em outro tema bastante em voga no período, o encontro da cultura europeia com a cultura indígena autóctone, ela também vai apresentar ideias distintas. A primeira versão de *Gupeva, romance brasiliense*, conforme o exposto, foi publicada entre os meses de outubro de 1861 e janeiro de 1862, em São Luís, no periódico semanal *O Jardim das Maranhenses*. Nos anos seguintes, em 1863 e em 1865, respectivamente, o folhetim completo foi divulgado duas vezes mais: uma no jornal *Porto Livre*, outra no jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações na forma, mas sem apresentar alterações significativas no que diz respeito ao conteúdo. Depois disso, somente em 1975, a partir da transcrição que José Nascimento Morais Filho fez da última versão publicada, em seu *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, é que o século XX passou a ter acesso ao único conto de cunho indianista redigido pela maranhense. Enquanto uma escritora romântica de seu tempo, portanto, Firmina também se dedicou a pensar o lugar destinado ao índio naquela sociedade, no sentido de registrar a sua contribuição e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional.

Aliando a temática da indianidade ao tabu do incesto, assuntos caros aos enredos oitocentistas, *Gupeva* recebe da autora uma abordagem estilística tipicamente folhetinesca, com trama de capa e espada e uma série de coincidências que perpassam acontecimentos complexos e improváveis. O refúgio no passado, o nativismo e a reinvenção do bom selvagem, fundamentos presentes na narrativa, assim, centram suas atenções no elemento indígena. Mesmo não havendo registros que comprovem essa afirmação, é possível dizer que o texto revela por parte da escritora a leitura de determinadas obras do primeiro romantismo de influência cristã, especificamente em sua abordagem com relação ao índio, como as novelas *Atala* (1801) e *René* (1802), de François-René de Chateaubriand⁵². No que diz respeito à produção local, certamente ela teve contato com o poema indianista de seu conterrâneo Gonçalves Dias, *I-Juca Pirama*, publicado em 1851. Além disso, vale lembrar

⁵² François-René de Chateaubriand (Saint-Malo, 4 de setembro de 1768 – Paris, 4 de julho de 1848), também conhecido como visconde de Chateaubriand, foi um escritor, ensaísta, diplomata e político francês que se notabilizou por sua obra literária, exercendo uma forte influência na literatura romântica de raiz europeia, incluindo a lusófona.

que, um pouco antes do surgimento de *Gupeva*, José de Alencar já havia lançado suas obras-primas do indianismo, *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1860), que, até onde se pode supor, devem ter lhe servido como inspiração.

O conto de Firmina trata da história de um índio tupinambá, de nome Gupeva, pai de criação da jovem Épica, que se apaixona por Gastão, um marinheiro francês de origem nobre e que aportara em solo brasileiro com seu navio, “O Infante de Portugal”⁵³. Os acontecimentos se passam na “Baía de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje a bela cidade de S. Salvador” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), ou seja, no mesmo ambiente onde Frei José de Santa Rita Durão (1945) delimitou a história original de *Caramuru*, publicada em 1781. O texto da maranhense, porém, discorre sobre os infortúnios de uma índia, também chamada Épica, que teria viajado anos antes com Caramuru e Paraguaçu para a França e que, ao retornar para casa, após se casar com Gupeva, acabou revelando a ele que já não era mais “uma virgem da floresta”, uma vez que fora seduzida em terras estrangeiras pelo pai do próprio Gastão, um tal “Conde de...”. Como agravante, ela trazia em seu ventre o fruto da relação com o nobre europeu. A vergonha e a dor que sentira, entretanto, “bem depressa levaram ao sepulcro a desgraçada Épica” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Embora constrangido e tomado por um “tormento inqualificável”, Gupeva decide cuidar da criança de sua falecida esposa, colocando na menina o mesmo nome da mãe. Entre outras passagens, sempre apresentadas em meio a mudanças no plano temporal, Gastão descobre que sua amada, a jovem Épica, na verdade, era filha de seu pai, o “Conde de...”, e que, por serem meios-irmãos, o amor que nutria por ela não poderia ser consumado, já que a relação incestuosa entre os dois seria considerada um pecado frente aos valores cristãos.

O emprego da narrativa épica, assim, é a estratégia utilizada por Maria Firmina dos Reis para dar vida às personagens de *Gupeva*, conto em que a autora busca arquitetar, ao longo da trama, a sua versão acerca do mito fundador da nação brasileira. Para tanto, logo no início do texto, assim como acontece em *Úrsula*, a construção do cenário é feita com vivacidade e exuberância, tendo maior destaque as qualidades naturais do país:

⁵³ No enredo, “O Infante de Portugal” é apresentado como um navio de guerra, “que havia trazido à Bahia Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, depois que a célebre Paraguaçu, princesa do Brasil, cederá seus direitos [aos franceses] em favor da coroa de Portugal” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Percebe-se, com isso, que Firmina se preocupou em inserir em *Gupeva* o nome de personalidades históricas, como é o caso do fidalgo Coutinho, que participou de fato do processo de expansão dos domínios portugueses, tendo recebido de D. João III, como recompensa pelos serviços prestados à Coroa, a Capitania da Baía de Todos os Santos, em 1534.

Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte, tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nela a melhor página, a única dourada que nela existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da nossa existência: aquele que ainda a não gozou é como se seus olhos vivessem cerrados à luz; é como se seu coração empedernido nunca houvera sentido uma doce emoção, é como se a voz da sua alma nunca uma voz amiga houvera respondido.

O que a gozou, sim; o que a goza, esse advinha os prazeres do paraíso, sonha as poesias do céu, escuta a voz dos anjos na morada celeste; esquece as dores da existência, e embala-se na esperança duma eternidade risonha, ama o seu Deus, e lhe dispensa afetos; porque nessa hora como que a face do Senhor se nos patenteia nos desmaiados raios do sol, no manso gemer da brisa, o saudoso murmúrio das matas, na vasta superfície das águas, na ondulação mimosa dos palmares, no perfume odorífero das flores, no canto suavíssimo das aves, na voz reconhecida da nossa alma! (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Seria nessas “nossas terras do norte”, portanto, o local onde tudo começou. À sua maneira, Firmina cria um lugar de procedência, um ambiente onde a nação brasileira teria iniciado a sua trajetória, estabelecendo, a princípio, um perfil identitário que constituiria a nossa gente, fruto da união entre uma índia tupinambá e um nobre europeu. O contato entre os dois, todavia, carrega um *mal de origem*⁵⁴, um desvio de percurso, uma vez que, no conto, Épica é apresentada como uma mulher “impura” e “maculada” e o “Conde de...” como um “filho da Igreja” que “abandona seus filhos”. Esse mal de origem, no que lhe concerne, estaria contido não no caráter da personagem indígena, que é tida como uma vítima das circunstâncias, mas no comportamento perverso e imoral do próprio pai de Gastão. *Gupeva*, nesse sentido, não se trata de um canto lírico comemorativo, mas da narrativa de um embate violento entre as raças, sugerindo a impossibilidade de um encontro harmonioso entre elas.

⁵⁴ Com relação a esse ponto, vale lembrar que, em 1905, Manoel Bomfim (1993) havia publicado na cidade do Rio de Janeiro o seu livro *A América Latina: males de origem*, obra em que contesta a tese bastante em voga naquele período de que o clima tropical, a miscigenação e as chamadas “raças inferiores” seriam as causas do “atraso” dos países latino-americanos, como vários ensaístas, até então, insistiam em afirmar. Explicando o fenômeno por meio da noção de “parasitismo”, que fora emprestada da biologia, Bomfim, que era médico de formação, responsabilizou pelos males causados àquelas sociedades os governos locais, as elites política e econômica, mas, sobretudo, a exploração das colônias pelas metrópoles e a exploração dos trabalhadores – livres e escravizados – pelos patrões ou senhores. Embora Maria Firmina dos Reis não tenha se filiado à tese da inferioridade racial e da influência climática para construir as personagens de *Gupeva*, tampouco tenha tido contato com as ideias de Manoel Bomfim, publicadas mais de quarenta anos depois da primeira edição de seu conto indianista, percebe-se que sua narrativa está situada em meio a esse debate.

Buscando estabelecer uma diferença cultural entre as duas nacionalidades europeias, porém, a portuguesa e a francesa, ambas presentes no processo de formação histórica do Maranhão, Maria Firmina dos Reis acaba privilegiando a primeira em detrimento da segunda, mostrando, através de um diálogo entre os dois amigos, como a aspereza, a glória, o espírito de conquista e a belicosidade lusitanas se sobressaíam na constituição da própria identidade brasileira:

- O meu futuro é ela... replicou Gastão, interrompendo seu jovem amigo.
- Primeiro-tenente de marinha hoje, meu querido Gastão, breve terás uma patente superior que...
- Que me importa a mim tudo isso, Alberto, acaso isso pode indenizar-me da dor de perdê-la? Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas, corações fortes, os rudes ardendo sempre mais em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito com ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito; porém as minhas são destruídas de toda a vaidade... As minhas ambições, o meu querer, meu desejo resume-se todo nela. Para que me falas das grandezas deste mundo? Alberto, eu as desprezo, se não forem para repartir com ela.
- Todos nós, lhe disse Alberto, temos a nossa hora de loucura; também o português, meu caro, a experimenta às vezes, não obstante como dizes, o nosso clima gera corações mais rudes; mas, Gastão, teus pais! Queres afrontar a maldição paterna? (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Além disso, em *Gupeva*, o jovem Gastão, ao contrário de Alberto, é apresentado como um ser frágil e que se deixa levar pelas emoções, abrindo mão de seu destino promissor em nome de uma paixão súbita e funesta por uma “indígena qualquer”, que somente poderia levá-lo à desonra e à infâmia, como pode ser observado na seguinte passagem:

- Gastão, disse procurando tomar-lhe entre as suas mãos, que loucura meu amigo – que loucura a tua apaixonares-te por uma indígena do Brasil; por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio: ora, Gastão, seja mais prudente; esquece-a.
- Esquecê-la! Exclamou o moço apaixonado, nunca!
- Tanto pior, lhe tornou o outro, será para ti um constante martírio.
- E por quê?
- E por quê?! Porque ela não pode ser tua mulher, visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha, a menos que desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas. Gastão, em nome da nossa amizade, esquece-a. (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Ainda que seja vista com inferioridade por Alberto, a jovem Épica, filha natural das terras brasileiras, é caracterizada por Maria Firmina dos Reis com todos os atributos e qualidades possíveis. Será na construção da principal personagem feminina que alimenta o enredo, conseqüentemente, que a autora centrará todas as suas atenções, com o intuito de dignificar, mesmo que indiretamente, aquelas que sofrem com as opressões e imposições de toda uma sociedade: as mulheres. E ela o faz, não à toa, através da exposição dos sentimentos do próprio Gastão:

– É impossível, Alberto. Impossível, meu amigo. Oh! se soubesses... Alberto, eu a tenho aqui no coração. É ela a mulher dos meus sonhos de adolescência, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é o anjo que presidiu o meu nascimento. Alberto, quem a poderá resistir? Louco o que a vendo possa deixar de amá-la; louco o que a conhecendo não lhe render eterna vassalagem. Anjo na beleza, e na inocência, anjo na voz, nas maneiras, é ela superior às filhas vaporosas da nossa velha Europa. Épica é seu nome. No seu rosto, Alberto, se revela toda a candura da sua alma, e toda a singeleza dos costumes inda tão virgens de inculta América. Onde está, pois, o meu crime em adorá-la? Seus grandes olhos negros de doçura inexprimível falam à alma com suavíssima poesia: são harpejos da lira harmoniosa, ou notas de anjos em torno do Senhor. E esse olhar seu exprime um quê de indizível pureza que obriga a adorá-la, como se adora a Deus. Alberto, de joelhos suplicarias a essa mulher angélica, se a visses, perdão de a não teres amado mesmo sem conhecê-la, desde o dia em que começou a tua existência. (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Vale ressaltar que a jovem Épica, na trama, é fruto da vilania de um nobre francês, e não de um português. E é precisamente o resultado da subjugação atribuída pela escritora aos franceses que impedirá a união entre Gastão e sua amada. “Conde de...”, inclusive, ao macular a mãe de Épica, acaba desonrando também a vida do filho, que cai em desgraça e, assim como as demais personagens, termina morto ao final da história. Nessa perspectiva, logo, a maranhense evidencia que a união entre franceses e indígenas era, além de ilegítima, infrutífera.

Diferentemente de outras imagens que Maria Firmina dos Reis criou para o elemento indígena presentes em sua coletânea de poemas *Cantos à beira mar*, de 1871, em que este aparece como um indivíduo forte, bravo e guerreiro, Épica mãe é aqui descrita como uma vítima infeliz de uma união sem honra. Gupeva, ao contrário, é apresentado como um homem virtuoso e honesto, afinal, além de perdoar a esposa que caíra em tentação, resolve cuidar da jovem Épica como se sua filha fosse. Provavelmente, a intenção da autora, ao

elaborar esse “romance brasiliense”, tenha sido a de criar um laço de legitimidade identitária entre portugueses e indígenas, afastando, de tal modo, a imagem do estrangeiro, o elemento francês, aquele que ocupara as “nossas terras do norte” apenas para maculá-las com sua paixão abrasadora, sua luxúria e sua falta de caráter. Ao mesmo tempo, ao redigir *Gupeva*, Firmina propõe a seus leitores uma perspectiva inédita acerca da questão nacional, baseada não em um mito fundador que estabeleceria a origem da nação brasileira, mas, justamente, na impossibilidade de sua fundação. Demonstrando na trama que “Conde de...” não servia como pai, ou seja, como alicerce afetivo e moral indispensável à edificação da pátria, a maranhense se associa ao elemento português para estabelecer uma identidade própria ao país, que, até aquele momento, segundo a sua proposta, ainda não teria se constituído.

É interessante observar que as alusões feitas à contribuição francesa para a formação política e cultural de São Luís são interpretadas, hoje, como um diferencial da capital maranhense em relação às demais metrópoles brasileiras⁵⁵. Na segunda metade do século XIX, contudo, época em que Firmina viveu, essa valorização era algo incompatível com a percepção de seus contemporâneos. Isso porque, do século XVII até o início do XX, a historiografia local sempre considerou os franceses como invasores daquelas terras, e não seus fundadores. Nesse sentido, em linhas gerais, seria somente o brio dos portugueses e as qualidades naturais e morais dos indígenas que poderiam dar vida ao “verdadeiro brasileiro”. Assim como os demais escritores românticos de sua geração, portanto, a escritora também construiu sua narrativa épica buscando oferecer aos leitores a sua interpretação sobre o processo de formação da nossa identidade. Mas, em seu conto, os franceses não são bem-vindos.

⁵⁵ De acordo com a pesquisadora Maria de Lourdes Lacroix (2008), em seu estudo intitulado *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, o discurso de uma fundação francesa da capital maranhense esteve mais pautado numa construção das elites locais durante o período de decadência econômica do Maranhão, em meados dos oitocentos, e de como elas foram buscar em um passado “glorioso e vindouro” a identidade da cidade, que se singularizaria a partir de uma instituição diferenciada, de base francesa e não portuguesa. Ao analisar os documentos históricos da época, a autora defende a tese de que essa “singularidade” seria nada mais do que a “invenção de uma tradição”, nos termos de Eric Hobsbawm (1984, p. 9-23), assim como acontece com o mito ainda bastante presente na mentalidade ludovicense acerca da “Atenas brasileira”.

2.3. A consolidação de uma literatura abolicionista

A publicação de *A Escrava*, obra que representa o auge da maturidade intelectual de Maria Firmina dos Reis, ocorreu em 1887, poucos meses antes da promulgação da Lei Áurea. Diferentemente da tessitura social em que a autora estava inserida quando escreveu seu romance *Úrsula*, a essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos de sua literatura⁵⁶. Veiculado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em São Luís, o conto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama a atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados, do mesmo modo em que aponta para o lugar obscuro que cercava as mulheres naquele contexto político-cultural de final de século. Pautadas em um ponto de vista outro, o mesmo que aparece nos demais trabalhos da escritora, as experiências narrativas de *A escrava* se alternam entre o sentimento de compaixão para com os oprimidos e a denúncia direta das instâncias e das autoridades legitimadoras da servidão. Tendo como epicentro os dramas vividos pela escrava fugida Joana, descritos ao longo da trama por “uma senhora⁵⁷”, o invento final de Firmina, logo, se põe a debater as questões políticas mais latentes daquele momento, mas, sobretudo, a abolição da escravatura.

A história tem início “em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” (REIS, 2009, p. 241), que, depois de discorrerem sobre assuntos diversos, passaram a tratar do “elemento servil”. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. E começou a discussão:

⁵⁶ Vale notar que a publicação de *A escrava* se deu já no ocaso do Império, em meio às turbulências que dividiam, entre outros temas, aqueles que eram a favor e os que eram contrários à manutenção do trabalho forçado. *Úrsula*, primeira obra da escritora, havia sido publicada logo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, e, como não poderia deixar de ser, carregava em sua narrativa as preocupações de quem havia observado, de perto, os resultados não muito positivos dessa medida restritiva. *A escrava*, contudo, sofreu os impactos diretos de dispositivos jurídicos criados posteriormente, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. É em meio a essa conjuntura política de transição, portanto, que o último trabalho de Maria Firmina dos Reis vem à tona.

⁵⁷ É interessante observar que o anonimato atribuído à narradora faz referência direta ao silenciamento das demais mulheres que se aventuraram no mundo das letras e que se utilizaram de pseudônimos para se proteger da dominação masculina. Assim como em *Úrsula* Firmina subscreve o texto como “uma maranhense”, em *A escrava*, a narradora será apresentada apenas como “uma senhora”, anônima, incógnita, o que não é feito por acaso.

– Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota⁵⁸, ou percorrei-os em torno da sociedade e dizei-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2009. p.241-2)

O primeiro movimento do texto, assim, é a aparição da tal senhora, de “sentimentos sinceramente abolicionistas” e que professa um discurso desfavorável às dinâmicas do cativo, direcionando seu apelo moral cívico e religioso aos presentes no salão. Num período em que a Igreja católica apoiava a utilização de mão de obra escrava, Maria Firmina dos Reis acaba incorporando à narrativa determinadas representações da religiosidade cristã como recurso argumentativo na busca da compreensão e da adesão de seus leitores às suas ideias. Os valores de igualdade e de fraternidade, por sua vez, bastante consagrados entre os adeptos do catolicismo, são utilizados pela autora para mostrar que a opressão vivida pelos escravos no Brasil representava um conflito gritante entre a teoria e a prática religiosas. Com isso, logo na sequência, mirando com precisão no “cancro que era a servidão”, a tal senhora continua sua premissa, no sentido de despertar a atenção daquelas “pessoas distintas, e bem colocadas” para os problemas causados por esse “abutre que corrói constantemente a sociedade”:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente alta e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...

⁵⁸ Gólgota, ou Calvário, de acordo com a liturgia cristã, é o nome dado à colina na qual Jesus de Nazaré teria sido crucificado.

E depois, o caráter que nos imprime, e nos envergonha!
O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.
O senhor, que papel representa na opinião social?
O senhor é verdugo⁵⁹ – e esta qualificação é hedionda. (REIS, 2009, p. 242)

A miscigenação e o hibridismo étnico-racial do brasileiro, acompanhados do papel de dominação praticado pelos donos de escravos, portanto, são os destaques feitos pela senhora para embasar seu discurso. Para provar que o que acabara de dizer sobre as vítimas e os algozes fazia sentido, contudo, entre “uma infinidade de casos concretos”, ela escolhe “um fato que ultimamente se deu”. Nesse momento, Firmina encaixa a segunda narrativa de seu conto, que principia em “uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso” (REIS, 2009, p. 243). A calma e o tom contemplativo logo são entrecortados por gritos lastimosos e soluços angustiados de uma mulher trêmula e espavorida que corria, sem rumo, para esconder-se de um homem que a perseguia, “de cor parda, de estatura elevada, longas espáduas, cabelos negros, e anelados” e que “brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho” (REIS, 2009, p. 244). Vale notar que as características físicas atribuídas a essa personagem masculina não são mera casualidade. Nessa passagem, a autora faz uso da ironia, ainda que de modo sutil, para representar a posição de algoz que determinados homens negros de pele mais clara cumpriam naquela sociedade maculada pela servidão.

Adiante, transtornado pela fúria que sentia por não ter conseguido capturar a escrava fugitiva, o feitor acaba se deparando com a tal senhora e a indaga: “– não viu passar por aqui uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge de douda...” (REIS, 2009, p. 244). Mesmo ciente do paradeiro da “desditosa”, que se escondera em “uma grande mouta de murta”, a narradora, aparentando profunda indiferença, o leva à direção contrária. Franzindo as sobrancelhas e mordendo os beiços, no entanto, eis que ele ruge: “– Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge!” (REIS, 2009, p. 245). O contorno que Maria Firmina dos Reis dá à “loucura” é um tanto curioso, já que a fuga de Joana representa justamente a tentativa da personagem de romper com o cativo. A metáfora da “negra que se finge de douda...”, inclusive, pode ser associada, para além da

⁵⁹ Tirano, déspota.

opressão vivida pelos escravos, ao lugar que as mulheres escritoras ocupavam naquela sociedade. Através de uma ação que desestabiliza a ordem cultural patriarcal e escravagista, conseqüentemente, a autora coloca seus personagens a serviço da liberdade, com o intuito de formar e transformar consciências.

No decorrer da trama, com o cair da noite e considerando a dificuldade que seria encontrá-la, o feitor é convencido pela tal senhora a adiar sua procura e decide partir. Nesse instante, surge na cena Gabriel, filho da escrava Joana, que, ao sair à procura da mãe, também acaba se tornando um foragido. É interessante perceber o modo como Maria Firmina dos Reis apresenta essa personagem, uma figura de expressão “franca e agradável”, mas que, além do cansaço, trazia em seu corpo as marcas da escravidão:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado⁶⁰ de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção da angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante. (REIS, 2009, p. 247)

Essa descrição do jovem escravizado, logo, é uma novidade para a literatura brasileira produzida até aquele momento, uma vez que está pautada por um olhar que *humaniza o oprimido e animaliza o opressor*. Gabriel, o filho da escrava fugitiva, carrega consigo os traços do amor filial: mesmo correndo o risco de sofrer represálias e demais castigos físicos, é ele quem se arrisca para salvar a mãe das mãos do feitor. A imagem que Firmina constrói, portanto, distancia-se e muito da figura grosseira e reificada atribuídas aos cativos até então.

A história prossegue e a tal senhora, que relata ter se constituído como membro da sociedade abolicionista de sua província⁶¹, decide proteger os escravos fugidos, abrigando-

⁶⁰ Salpicado por pequenas gotas de orvalho, orvalhado; suado.

⁶¹ De acordo com Norma Telles (1997, p. 415): “Vinte e oito anos depois de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis, que sempre havia sido abolicionista, pôde explicar, um ano antes da Abolição, as redes abolicionistas para a libertação dos escravos que então haviam se generalizado pelo território do Império. A liga de mulheres para libertar escravos surgiu primeiramente em São Paulo, mas outras logo apareceram na cidade do Rio de Janeiro e nas províncias, por volta de 1870. Envolviam-se com esses clubes mulheres da classe alta, mulheres negras e das camadas inferiores da sociedade. O surgimento de sociedades e clubes femininos abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituía, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas. Eles tinham o apoio de homens engajados na mesma vertente política. Na

os em sua própria casa. Mesmo sabendo-se à margem da lei e correndo o risco de sofrer represálias, ela impõe para si o que denomina de “santo dever”:

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita⁶² da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes.

Sim, a vindita lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco.

Mas, deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos, que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da Eternidade, tinham sossego, ou tranquilidade! Não.

Tomei como coragem a responsabilidade do meu ato: a humanidade me impunha esse santo dever. (REIS, 2009, p. 250-1)

Agradecida pelo gesto de compaixão oferecido a ela e a seu filho pela tal senhora, Joana sorriu-se e indagou com espanto: “– Inda há nesse mundo quem se compadeça de um escravo?” (REIS, 2009, p. 252). E é justamente nessa altura do texto, que Maria Firmina dos Reis confere às personagens negras o direito à voz, considerando que elas passam a falar de si mesmas e de seus infortúnios, dando início à terceira narrativa que compõe o drama. A escrava conta a história de seus pais, um “índio livre de cor fusca”, que passara os seus dias ajudando a pobre esposa, “uma africana que vivera na condição de cativa” e que era forçada a se dedicar às “desmedidas tarefas” que seu senhor constantemente lhe infligia. Dessa união, nasceria Joana. Vale notar que o perfil do brasileiro idealizado por Firmina em *A escrava* já não é mais fruto da união entre uma índia tupinambá e um bravo português, como acontece em *Gupeva*, mas, sim, da união de um indígena nascido livre e uma africana que fora capturada e escravizada por um homem branco.

Após o nascimento da filha, o índio decide juntar recursos para comprar a liberdade da esposa. Sem saber ler, no entanto, ele acaba sendo ludibriado pelo senhor e recebe, ao invés de uma carta de alforria, um papel sem qualquer valor, contendo “umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data”. Não percebendo a cilada em que se metera, “agradecido beijou as mãos daquela fera” (REIS, 2009, p. 254). Dois anos depois, repentinamente, ele acaba morrendo e, de imediato, o tal senhor diz à mãe: “– Joana que vá

imprensa, na década de 1870, vão se tornando comuns libelos e comentários de mulheres. Algumas discursavam em praça pública e outras artistas davam espetáculos visando à emancipação dos escravos”.

⁶² Castigo, represália, vingança.

para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia” (REIS, 2009, p. 255). “Surpresa, e confundida”, ela cumpre a ordem sem pestanejar. Com o tempo, conta a escrava, percebendo a trapaça que envolvera o marido, sua “pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus. Fiquei só no mundo, entregue ao rigor do cativo” (REIS, 2009, p. 255).

De volta ao presente, em meio a delírios, a escrava encerra seu depoimento e passa a relembrar da dor que sentira ao ter seus outros dois filhos, os gêmeos de oito anos Carlos e Urbano, sequestrados por um “traficante de carne humana” para serem vendidos como cativos no Rio de Janeiro. Nesse momento, Gabriel surge em cena pedindo à mãe que descansasse. E é aí que Maria Firmina dos Reis insere na história a quarta e última narrativa de seu conto, denunciando, através das palavras de Joana, o triste legado da escravidão:

– Deixa concluir, meu filho, antes que a morte me cerre os lábios para sempre... deixa-me morrer amaldiçoando os meus carrascos.
– Por Deus, por Deus, gritei eu, tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos!
– Cala-te! gritou meu feroz senhor. – Cala-te ou te farei calar.
– Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante: – meus filhos!... meus filhos!
Mas ele dando um mais forte empuxão, e ameaçando-os com o chicote, que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar...
Aqui a mísera calou-se; eu respeitei o seu silêncio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado:
Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:
– Morta! (REIS, 2009, p. 257-8).

O embate de Joana com as lembranças que trazia à tona acabou sendo forte demais para as suas débeis forças: “(...) tinha cessado de sofrer”, disse a tal senhora, que ouvira atentamente todo o testemunho da escrava. Nesse instante, chega à porta de sua casa um rapaz. “Era o homem do azorrague que eles intitulavam feitor; era aquele homem de fisionomia sinistra, e terrível, que me interpelara algumas horas antes, acerca da infeliz foragida; e este homem aparecia agora mais hediondo ainda” (REIS, 2009, p. 258). Acompanhado por “dois negros, que, como ele, pararam à porta”, a senhora convida o feitor para entrar. Gabriel, trêmulo, busca o canto mais escuro da casa para se esconder, quando, perplexo, ouve de sua protetora:

– Anda, Gabriel, disse-lhe com voz segura, continua a tua obra, e voltando-me para o feitor, acrescentei:

Eu, e este desolado filho, ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz, a quem o cativo, e o martírio despenharam tão depressa na sepultura. (REIS, 2009, p. 258)

Comovidos com a aquela situação, ao verem o corpo de Joana estendido no chão, os dois escravos “deixaram pender a fronte no peito”. O feitor, por sua vez, ao primeiro ímpeto, “teve um impulso de homem”, mas, recompondo-se em sua “rude, e feroz fisionomia”, redarguiu:

– É hoje a segunda vez que a encontro, minha senhora, entretanto, não sei ainda a quem falo. Peço-lhe que me diga o seu nome, para que eu conheça o patrão, o senhor Tavares. É escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos. (REIS, 2009, p. 258-9)

Essas palavras inconvenientes, relata a senhora, “mereceram o meu desdém”. E ela decidiu não responder aos questionamentos do feitor. O silêncio que se instalara no ambiente, por conseguinte, incomodou tanto aquele homem, que ele ordenou aos dois escravos que o acompanhavam que prendessem Gabriel.

– Detém-te! Lhe gritei eu. Estás sob a minha imediata proteção; e voltando-me para o homem do azorrague, disse-lhe:

Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, – miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa, uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos; menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes.

Vai-te, e entrega-lhe este cartão; aí achará o meu nome.

Vai, e que nunca mais nos tornemos a ver. (REIS, 2009, p. 259-60)

No dia seguinte, já ao final da tarde, a tal senhora recebe em sua casa a visita de um homem, de nome Tavares, reivindicando a propriedade e a devolução dos escravos fugidos. Após cumprimentá-la, “com maneira da alta sociedade” e pedindo desculpas pelo incômodo, ao deparar-se com o corpo de Joana retesado e sem aparentar qualquer remorso, eis que ele dispara:

Sei que esta negra está morta, exclamou ele, e o filho acha-se aqui: tudo isso teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa de monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a sua existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, com este negro a coisa muda de figura: minha querida senhora, este negro está fugido: espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo. (REIS, 2009, p. 260-1).

Nessa passagem do texto, conseqüentemente, Maria Firmina dos Reis evidencia a insensibilidade e o caráter violento do senhor de escravos que, ao se referir ao elemento servil com frieza e vilania, o reduz imediatamente à materialidade de seu cruel interesse. E é nesse momento final do conto que a maranhense insere em sua narrativa uma virada surpreendente. A senhora que abrigava Gabriel, de posse de “um volume de papéis subscritados e competentemente selados” (REIS, 2009, p. 261), apresenta-os a Tavares. Acontece que a documentação conferia justamente o direito à liberdade ao jovem cativo, que continuava apavorado com a situação. Contrariado, mas sem alternativas, o senhor exclama: “A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra o seu senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos” (REIS, 2009, p. 261). Alfim, a tal senhora lhe apresenta “um cadáver e um homem livre”, voltando-se para o rapaz com os seguintes dizeres: “Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (REIS, 2009, p. 262).

A dignidade dos vencidos, a liberdade entendida enquanto um valor universal da humanidade e a exaltação de uma postura antiescravista, portanto, são os elementos que se entrelaçam no desfecho da obra. Nesse sentido, não somente o filho de Joana encontra-se liberto, mas também o leitor, que, em tese, ao ser sensibilizado pelas ideias da maranhense, passaria a compreender e a propagar os ideais abolicionistas. Vale dizer, ainda, que a noção de alteridade presente em *A escrava* consolida o encontro da angústia vivida pelos oprimidos e a eliminação dessas sensações, seja o negro escravizado, seja a mulher silenciada, movimento esse que rompe com as velhas formulações, abrindo caminhos para o estabelecimento de uma nova realidade política, econômica e cultural que modificaria inevitavelmente aquele cenário escravagista e patriarcal de fins do século XIX.

3. A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR

Em 15 de junho de 1873, aos quarenta e sete anos, Maria Firmina dos Reis (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p) registrou em seu *Álbum*⁶³ de memórias a seguinte passagem:

O que é a vida? Será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos... o banquetear com aparatosa regularidade, com suntuoso luxo dos amigos, algumas vezes tão indiferentes, e alheios aos sentimentos de afeto, e de amizade que lhe voltamos, e até estranhos à gratidão; por que, depois de termos colhido os nossos sinceros afagos vão cuspir sobre eles, seu sorriso de escárnio?... Será isto a vida? Não. Ou será então o deslumbrante, e sedutor aspecto de um salão dourado, cujo ambiente perfumoso pode encher o coração de mágicos transportes...? (...)

A vida para mim está nas lágrimas. Amo as que verto na amargura pungente de minhas ternas desventuras; com elas alimenta-se minha alma, elas acalmam o rigor do meu destino.

Lágrimas! lágrimas... Elas despontam cristalinas, e brancas no berço do recém-nascido, elas nos seguem amargas e pungentes no caminhar da vida ao túmulo; e ainda na derradeira agonia, nem uma lágrima silenciosa, como um adeus à vida serena a ardência das faces requeimadas pela febre da gangrena.

Eu amo as lágrimas...

Elas têm sido as companheiras da minha árdua e penosa existência; é nelas que tenho achado meu conforto, nelas é que me hei estribado para chegar ao breve terno da minha longa peregrinação... (...)

Triste do homem que não as tem...

Publicado pela primeira e única vez em 1975, por José Nascimento Morais Filho, e escrito, ao que tudo indica, a partir de 9 de janeiro de 1853⁶⁴ – levando em consideração ser essa a data do texto que principia o volume –, essa espécie de diário íntimo é um raro documento que revela uma faceta pouco conhecida da autora: sua trajetória em fragmentos

⁶³ Durante o século XIX, era bastante comum esse tipo de “caderno de recordações” acompanhar os artistas em suas deambulações, refletindo suas vivências e adquirindo um caráter autobiográfico. Esses álbuns, inclusive, eram tidos como objetos de socialização, já que eram deixados sobre uma mesa na sala de estar ou enviados para a casa de um conhecido, para que este pudesse inscrever a sua mensagem de afeto.

⁶⁴ Infelizmente, a publicação do *Álbum* de Maria Firmina dos Reis contém apenas uma pequena parte de seus manuscritos. Ao colher o depoimento de Leude Guimarães, filho de criação da escritora que ficou responsável pela guarda de seus objetos pessoais após seu falecimento, Nascimento Morais Filho (1975, s/p) registrou o seguinte: “Quando vim para São Luís, depois de sua morte, trouxe muitos manuscritos seus. Eram cadernos com romances e poesias e um álbum onde havia muita coisa de sua vida e da nossa família. Mas os ladrões, um dia, entraram no quarto do hotel onde estava hospedado, arrombaram o baú, e levaram tudo o que nele havia. Só me deixaram, de recordação, os restos desse álbum, que encontrei pelo chão!”.

redigida em primeira pessoa. Constituído por registros breves e carregados de sentimentos dos mais variados, entre outras curiosidades, o conteúdo ali exposto traz a percepção existencial de uma intelectual cuja vida é descrita de forma dura e solitária (MUZART, 2013, p. 251). Uma vida que se verte em lágrimas. Em meio às demais lembranças de Firmina, no entanto, há outra ainda mais interessante e que merece especial atenção. Datada de junho de 1863, quando a escritora contava com trinta e sete anos, e intitulada *Resumo da minha vida*, essa passagem, além de revelar informações acerca de sua personalidade, de sua configuração familiar e de sua juventude em Guimarães, apresenta determinados aspectos que nos possibilitam melhor compreender as maneiras de ser e estar da maranhense (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p):

De uma compleição débil, e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas, e as flores, que minha avó cultivava com esmero; talvez por isso eu tanto amei as flores; foram elas o meu primeiro amor. Minha irmã... minha terna irmã, e uma prima querida, foram as minhas únicas amigas de infância; e nos seus seios eu derramava meus melancólicos, e infantis queixumes; porventura sem causa, mas já bem profundos. (...)

Vida!... Vida, bem penosa me tens sido tu! Há um desejo, há muito alimentado em minha alma, após o qual minha alma tem voado infinitos espaços, e este desejo insondável, e jamais insatisfeito, afagado, e jamais saciado, indefinível, quase que misterioso, é pois sem dúvida o objeto único de meus pesares infantis e de minhas mágoas. Eu não aborreço os homens, nem o mundo, mas há horas, e dias inteiros, que aborreço a mim própria.

Quais teriam sido, portanto, os motivos que levaram Maria Firmina dos Reis a expressar no papel sensações tão dolorosas? Que desventuras teria ela vivido a ponto de considerar sua existência tão sofrida? E que “desejo insondável” é esse ao qual ela se refere? O fato de ter sido ela uma mulher afrodescendente e escritora, tendo vivido em pleno Maranhão oitocentista, em parte, responde a essas perguntas. Contudo, a impressão que fica, para além dos aspectos individuais que compõem sua trajetória, é que o ambiente em que a ela esteve inserida deve ter sido bastante hostil. Tentar reconstruir, através dos registros históricos disponíveis, a conjuntura social que colaborou para a consolidação de sua visão de mundo, bem como avaliar o conjunto de novas ideias que estavam em circulação no país naquele período, logo, é o objetivo desse terceiro capítulo.

3.1. O Maranhão na segunda metade do século XIX

Nascida no mar, constituída como porto fluvial e marítimo, à semelhança de outras cidades fundadas durante os anos de dominação portuguesa na América⁶⁵, São Luís desempenhou um importante papel na produção econômica, política e cultural da colônia e das primeiras décadas do século XIX. Após 1755, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁶⁶ pelo Marquês de Pombal, a capital maranhense experimentou um acentuado período de enriquecimento e de sofisticada urbanização, tornando-se, ainda na primeira metade dos oitocentos, a quarta cidade mais importante de todo o Império, perdendo posição apenas para o Rio de Janeiro, Salvador e Recife – como atestam os depoimentos de viajantes estrangeiros que percorreram diversos pontos do país na época (SPIX e MARTIUS, 1981 [1824-32]). Grande centro polarizador do comércio local, a Praia Grande foi, entre os séculos XVII e XIX, a sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande porte da província, fazendo com que se instalassem por ali grandes firmas comerciais que abasteciam São Luís e as demais cidades do interior (MEIRELES, 1960). Era, também, um dos mais movimentados pontos de recepção de escravos trazidos para trabalhar nas lavouras ou mesmo em benefício da aristocracia rural, que passou a habitar os suntuosos sobrados daquele espaço de opulência e de riqueza.

⁶⁵ Com a chegada dos colonizadores portugueses na América, diversas vilas – que, anos mais tarde, atingiriam a condição de cidade – foram fundadas por aqui: Igarauçu e Olinda, em Pernambuco; Vila do Pereira, Ilhéus, Santa Cruz e Porto Seguro, na Bahia; São Vicente, Cananéia e Santos, em São Paulo. A primeira cidade de fato do país, Salvador, foi fundada em 1549, e seria a sua capital até 1763, quando essa função foi transferida para o Rio de Janeiro. Vale notar que a construção das cidades portuguesas levava sempre em consideração a sua localização estratégica, que dependia, essencialmente, das incumbências que elas deveriam exercer: porto comercial, administrativa, militar, religiosa, entre outras (AZEVEDO, 1956; REIS FILHO, 1968).

⁶⁶ A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi uma empresa de caráter monopolista criada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, em Portugal. Diante da proibição da escravidão indígena no estado do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia teve a sua origem numa petição encaminhada, em 1752, pela Câmara Municipal de São Luís ao então governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para que fosse criada uma sociedade autorizada a explorar o comércio de importação de escravizados africanos. O governador acolheu de bom grado a ideia e, após ter conseguido o apoio dos cidadãos mais influentes de Belém do Pará, encaminhou-a com sua aprovação ao seu meio-irmão, o Marquês de Pombal, que ficou incumbido de seu planejamento e execução (CARREIRA, 1988). O crescente fluxo imigratório de cativos para o Brasil, por sua vez, fez com que milhares de almas desembarcassem no Maranhão para trabalhar nas lavouras de algodão e arroz e, posteriormente, nas de cana-de-açúcar. Dessa maneira, ainda no início do século XIX, metade da população maranhense era formada por cativos e a outra metade era constituída de homens e mulheres pobres e livres, mestiços, indígenas e migrantes cearenses vindos para a província por causa das secas que assolavam sua região (SILVA, 2013, p. 25).

Nesse período, também, a província desfrutou de grande afluência populacional, graças ao plantio bem-sucedido do arroz, da cana-de-açúcar, mas, especialmente do algodão, principal produto de exportação para a Inglaterra, que vivia o auge da indústria têxtil, em substituição à escassez da produção norte-americana durante a Guerra de Independência, ocorrida entre os anos de 1776 e 1783, e a Guerra de Secessão, travada entre 1861 e 1865 (MEIRELES, 1960; LOBO, 2011, p. 111). Esse progresso, no entanto, com o término dos conflitos nos Estados Unidos, acabou fazendo com que com o cultivo do algodão nas colônias britânicas prosperasse novamente, levando a economia maranhense a um processo de acentuada estagnação, o que provocou várias desordens sociais e revoltas populares, como a Balaiada (1838-1841), uma das mais violentas do período imperial. Os que mais sofreram com essa situação, conseqüentemente, foram os trabalhadores livres, os trabalhadores do campo e os próprios cativos. A miséria e a fome, inclusive, constituíram os principais fatores de descontentamento, motivando a população mais pobre a se mobilizar contrariamente às injustiças sociais (SANTOS, 1983). Impossível falar do Maranhão do século XIX, portanto, sem levar em consideração esse conflito, o mais conhecido e de maior tempo de duração, que reestruturou a configuração política e econômica da região.

A ideia de uma decadência econômica, por sua vez, tornou-se assunto nevrálgico para os que viveram o período e para geração posterior, já no início do século XX. A título de ilustração, é interessante resgatar, aqui, a percepção de Manuel Fran Paxeco (1923, p. 222), que foi cônsul de Portugal na província no início da década de 1920, em seu livro *A Geografia do Maranhão*, por conta da relação que ele estabelece entre o declínio da produção econômica e os impactos que esta gerou no cenário cultural maranhense:

As tradições agrícolas do Maranhão chegaram a emparelhar-se às tradições literárias. Eram dois predomínios que nenhuma zona brasileira lhe requestava, porque se criara um tom uníssono em torno dessas verdades axiomáticas. Mas os anos correram e os iconoclastas deitaram abaixo aqueles quase exclusivos. Surgiram competições – e, tanto nos arrozais como nas letras, escancarou-se o declínio. Passou a viver-se da fama. Os tribunos e os jornalistas, porém, persistiram em se boquiabrir, diante das glórias pretéritas. Não se renovaram os instrumentos aratórios⁶⁷, nem se expandiram as inteligências. A terra continuou a trabalhar-se pelos

⁶⁷ Agrícolas.

ronceiros⁶⁸ processos de há séculos e as casas de ensino conservaram-se as mesmas, usando os mesmíssimos métodos⁶⁹. Parou-se. Retrocedeu-se.

Por outro lado, adotando uma perspectiva mais otimista, a pesquisadora Regina Helena Martins Faria (1998, p. 79) entende que “a crise do sistema agroexportador não representou o engessamento da vida material no Maranhão”. Isso porque, mesmo com a desaceleração da economia, grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões continuava escoando pelo porto, fazendo com que uma elite de comerciantes se estabelecesse na província em função das rendosas atividades de comércio de exportação, o que gerou a necessidade de se construir, na capital, um ambiente urbano capaz de reproduzir os padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades europeias. Além disso, as famílias mais abastadas acabavam enviando seus filhos para estudar nas melhores universidades de Portugal ou da França, sendo que, ao retornarem, logo se destacavam no cenário nacional como políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas. Em meados do século XIX, vale lembrar, devido à efervescência cultural que se instalou por lá, São Luís recebeu a famosa alcunha de “Atenas brasileira⁷⁰” (MEIRELES, 1960).

A despeito desse cenário, fato é que, com o passar do tempo, novas oportunidades de investimentos surgiam aos capitais não mais interessados no negócio da agroexportação ou mesmo da importação de escravos. Bancos, companhias de água, de iluminação e de transporte fluvial foram criadas no Maranhão entre o final da década de 1840 e os anos de 1860, atraindo muitos recursos públicos, diante da incapacidade financeira dos investidores internos, mas também privados. Infelizmente, a maioria dos empreendimentos dessa época fracassou. Outros, porém, na tentativa de se modernizar a província, reconfiguraram a

⁶⁸ Lentos, vagarosos.

⁶⁹ No que diz respeito ao contexto educacional maranhense do período, mais especificamente, Norma Telles (1997, p. 410) nos diz que: “São Luís, em meados do século XIX, era culturalmente dominada por latinistas e helenistas de valor, mas a situação do ensino era precária, como aliás em todo o Império. Em 1857, entre os alunos de aulas públicas e particulares na província, havia 1.849 meninos e 347 meninas cursando o primário e uns 200 alunos no secundário. As oportunidades de estudo para as moças eram mínimas”. Para se ter uma noção do que esses números representavam, de acordo com o primeiro Censo Demográfico do Brasil, de 1872, a população do Maranhão na época somava 359.040 habitantes.

⁷⁰ De acordo com Maria de Lourdes Lacroix (2008, p. 77), “entre 1830 e 1870, uma plêiade de intelectuais [*maranhenses*] se destacou no cenário nacional, chegando a dar à província o cognome de ‘Atenas brasileira’, título conservado por bastante tempo no Brasil republicano”. Ideia que, segundo Frederico José Correa (1878), advogado que chegou a presidir o Maranhão na época, contrasta com seu quase um quarto de população analfabeta.

dinâmica local. No início do século XIX, por exemplo, São Luís possuía um sistema de iluminação pública precário, que se utilizava de lampiões à base de óleo combustível. Em 1863, contudo, em parceria com um grupo americano, foi criada a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, que instalou novo sistema e passou a utilizar o gás hidrogênio por tubulação subterrânea em cobre. Em 1868, a cidade passou a contar com um aparelho de transporte urbano formado por bondes, que eram inicialmente movidos por “tração a sangue”, devido ao uso de animais como cavalos e burros, mas que foi substituído, algum tempo depois, por veículos à base de energia elétrica. Ao final dos oitocentos, inclusive, foi instalado um sistema de telefonia na cidade⁷¹, além de um cabo telegráfico submarino, operado por uma empresa inglesa, a *Western*, ligando a capital da província diretamente à Inglaterra (SILVA, 2013).

Entre os momentos de crises e a nova onda investimentos, ganhava espaço entre políticos e intelectuais maranhenses a discussão acerca da substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores estrangeiros assalariados. E esse debate não estava deslocado do que se assistia nas demais capitais do Império. O trabalhador estrangeiro, de acordo com seus defensores, contribuiria significativamente para a transformação da província, pois teria um papel determinante não somente como trabalhador e civilizador, mas, também, como exemplo de moralidade a ser seguido. O trabalhador nacional, por sua vez, associado à preguiçosa e à indolência, além de ser taxado de perigoso, deveria ser deixado de lado⁷². Boa parte desse contingente pobre e livre foi aproveitado nas lavouras canavieiras, uma vez que, dos anos 1850 em diante, em decorrência da promulgação da Lei Eusébio de Queirós, houve um declínio significativo na quantidade de cativos da região (MEIRELES, 1960). Assim como nas demais províncias do Norte, a proibição do tráfico negreiro fez com que boa parte da escravaria maranhense, que compunha metade da população e que havia sido o sustentáculo da imponência e da riqueza das famílias mais abastadas, fosse vendida para o Sudeste do país, reconfigurando, dessa maneira, as dinâmicas sociais locais, ainda que as marcas do cativeiro, até hoje, não tenham sido apagadas.

⁷¹ A inovação tecnológica criada por Alexander Graham Bell, apenas uma década após o seu lançamento mundial, ocorrido na Exposição Internacional da Filadélfia, em 1876, foi inaugurada no Rio de Janeiro e, logo depois, em Belém do Pará e São Luís do Maranhão, graças a Dom Pedro II, que, estando presente na mostra, gostou do invento e o adquiriu (SCHWARCZ, 1998, p. 556).

⁷² De acordo com a pesquisadora Regina Helena Martins Faria. (2001), houve uma mudança de mentalidade lenta em relação ao trabalhador local, iniciada na década de 1840 e que, algum tempo depois, ganharia espaço nos discursos e nas práticas dos maranhenses.

Sobre as várias facetas da sociedade maranhense oitocentista e os inescapáveis impactos gerados pela escravidão na população, não obstante, Matthias Röhrig Assunção (1999, p. 34) esclarece que:

A estrutura social não era um sistema hierárquico monolítico e bem definido, mas sim a expressão de subsistemas de classificação parcialmente conflitantes, permitindo diferentes formas de percepção da sociedade. A ideologia racial da superioridade branca não estava ausente nas classes baixas, especialmente nos grupos intermediários, os quais podiam aspirar a transcender o limite de cor, mas este não era o único possível de interpretação das diferenças sociais.

Considerando os apontamentos feitos até aqui e que refletem a “ideia do atraso” maranhense em relação aos “ideais modernos de civilização”, portanto, o problema da servidão se apresentava como um dos mais significativos (SILVA, 2013, p. 17). Os discursos abolicionistas, no entanto, começaram a aparecer na província com mais força somente na década de 1860, momento em que, no restante do país, também se faziam presentes. A extinção do tráfico internacional de escravos; o aumento da concorrência estrangeira seguida da retração do preço do algodão e do açúcar no mercado externo; o agravamento da situação financeira dos proprietários rurais locais; além das constantes insurreições e da influência dos movimentos antiescravistas desencadeados, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo: tudo contribuiria para o abalo e para o desmoronamento das velhas estruturas. No âmbito das artes, especificamente, tal posicionamento se fará presente, entre outras linguagens, através da literatura de cunho romântico, à qual Maria Firmina dos Reis, ao publicar *Úrsula*, em 1859, estava inserida. Uma literatura que pretendia formar um ideário de nação, de pátria e de civilização, mas que, sob o olhar da maranhense, evidenciava a experiência dos oprimidos em seu aspecto real, denunciando diretamente a violência e o jugo dos senhores que agiam em conformidade com as leis.

3.2. Maria Firmina dos Reis e as ideias de sua geração

Uma vez expostas essas breves considerações acerca da conjuntura social em que nossa protagonista esteve inserida, resta-nos buscar compreender, finalmente, o conjunto de novas ideias que norteou a intelectualidade brasileira oitocentista e que acabou contribuindo para a intensa agitação política que alteraria, definitivamente, os rumos do país. Para tanto,

tomemos como ponto de partida os registros feitos por Silvio Romero (apud BARRETO, 1926, p. XXIII-XXIV) acerca desse importante período de efervescência na história do Brasil:

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por não ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias da América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história de um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida a questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. *Um bando de ideias novas*⁷³ esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de 30 anos, hoje que são ela correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade, nem lembram mais as feridas que, para se espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou (...).

⁷³ Grifo meu.

Tendo como referência esse quadro geral traçado pelo historiador, diversas interpretações acerca desse período foram realizadas nos últimos anos, no sentido de avaliar os impactos que essas transformações tiveram na condução do país. Até porque, “a chegada da década de 1870 significou uma guinada radical na até então pacata política do Segundo Reinado” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 291). Alguns autores, por exemplo, tratam essas correntes como um campo autônomo de análise, buscando os indícios da formação de um pensamento brasileiro original. Outros, utilizando-se de uma vertente mais sociológica, vinculam esse “bando de ideias novas” às classes e grupos sociais emergentes ou mesmo ao surgimento de novas instituições, como as academias civis e militares. Perpassando essas abordagens, há o debate sempre recorrente a respeito da natureza da importação das ideias europeias, que se divide entre os estudos que procuram saber se elas foram adequadas à realidade nacional ou se elas eram concepções distanciadas daquele momento político da nação. Para melhor avaliar essa conjuntura, vejamos algumas dessas interpretações.

A socióloga Angela Alonso (2002), em seu livro *Ideias em movimento*, dialogando com a produção acadêmica acerca do pensamento brasileiro oitocentista e problematizando o lugar da chamada “geração de 1870” na crise do Brasil-Império, mostra que, a partir dessa década do século XIX, em função das ações de liberais radicais, positivistas, darwinistas sociais, evolucionistas e outros “istas” que não separavam o pensar do agir político, a monarquia acabou perdendo a batalha ideológica para os intelectuais e movimentos contrários ao regime. Em sua linha argumentativa, essas novas correntes de pensamento podem ser compreendidas como peças produzidas pela absorção política de ideias europeias, ou seja, como concepções que visariam atacar, antes de tudo, os fundamentos da ordem imperial, ao invés de avançar com a discussão no campo da teoria política, propriamente. Seguindo esse raciocínio, inclusive, a autora se afasta de abordagens tradicionais que enxergam os membros da geração de 1870 como intelectuais envolvidos em polêmicas meramente doutrinárias. Ao mesmo tempo, ao rejeitar as análises mais próximas do universo da história das ideias, Alonso dedica-se a um tratamento sociológico de toda uma geração, ressaltando o contexto político das últimas décadas do Império, que ficou marcado por uma crescente insatisfação em relação aos assuntos caros para a época, como a escravidão, a união da Igreja com o Estado, a centralização do poder na figura do imperador e a própria forma monárquica de governo.

José Murilo de Carvalho (2012, p. 32-4), por sua vez, teorizando acerca dessas questões e se atentando ao tema da identidade nacional brasileira, afirma que:

(...) a presença europeia fazia-se sentir no mundo das ideias filosóficas e políticas. Quanto às primeiras, até a década de 1860, sobressaiu o ecletismo de Victor Cousin (1792-1867). Quanto às segundas, predominaram, até a mesma década, autores como François Guizot, Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville (1805-1859), John Stuart Mill (1806-1873). A partir dos anos 1870, invadiram o país as grandes filosofias deterministas da história, típicas do século. Destacaram-se o positivismo de Auguste Comte (1798-1857), o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903), o biologismo de Ernest Haeckel (1834-1919), a antropogeografia de Friedrich Ratzel (1844-1904), o racismo de Arthur de Gobineau (1816-1882). Este último foi representante diplomático da França no Brasil, onde fez grande amizade com o imperador, apesar de detestar e desprezar a população mestiça do país. O único determinismo oitocentista que não chegou ao Brasil na época foi o econômico de Karl Marx (1818-1883).

Esse conjunto de novas ideias, logo, acabou influenciando a maneira de pensar da nossa gente, especialmente das elites condutoras da vida política e intelectual. E esse movimento foi se tornando cada vez mais perceptível por valorizar, entre outros pontos, o nacionalismo e a liberdade, sentimentos que se ajustavam perfeitamente ao espírito de um país que acabara de se transformar em uma nação livre. Sobre esse aspecto, ainda, José Murilo de Carvalho (2012, p. 34) esclarece que:

Na literatura, nas artes plásticas, na música, se o modo de dizer e fazer seguia padrões europeus, os temas e as propostas eram brasileiros. Românticos, realistas, neoclássicos, naturalistas, todos tinham o Brasil como tema. No romantismo de José de Alencar e Gonçalves Dias, no condoreirismo abolicionista de Castro Alves, na pintura histórica de Victor Meirelles e Pedro Américo, no paisagismo de Giovanni Castagneto e Antônio Parreiras, as obras não só tratavam do Brasil como tinham propostas de criação de uma identidade e de uma memória brasileiras, por mais restritas que fossem.

Além das artes, no campo das ideias verificou-se o mesmo fenômeno. A farta citação de autores estrangeiros, muito comum no período, não significava necessariamente adesão ao seu modo de pensar. E nem mesmo os adeptos de sistemas de pensamento mais fechados como o positivismo e o determinismo biológico deixaram de ser originais. Os positivistas, por exemplo, reconfiguraram o pensamento de Comte para defender um papel político para

as classes médias ou mesmo uma ação revolucionária para a derrubada da monarquia. Os racialistas encontraram uma maneira de combinar o conceito de evolução com a naturalização das diferenças biológicas. Os liberais conseguiam conviver sem maiores problemas com a escravidão. É dentro dessa complexa dialética entre o nacional e o universal, portanto, que se deve interpretar esse conjunto de ideias que marcou o Segundo Reinado. Isto posto, observemos com mais atenção como se deu essa relação aparentemente paradoxal entre liberalismo e escravidão, num contexto mais amplo, e como essas correntes de pensamento se imbricavam no Brasil oitocentista. Até porque, entre todos os aspectos apontados acima, este é o que assume maior importância para compreendermos como Maria Firmina dos Reis se inseria naquela constelação de ideias e como sua luta abolicionista através da literatura, aliada às demais ações práticas empreendidas no período, foi ganhando cada vez mais apelo popular, além do tom de revolta.

Em tese, pode-se afirmar que o liberalismo europeu defendia o trabalho livre, mais especificamente, o mercado de trabalhadores assalariados e juridicamente livres, mas não era contrário à escravidão nas colônias. Isso significa que o próprio liberalismo europeu já nasceu sob esta contradição. A Revolução Francesa, por exemplo, decretou a libertação dos cativos nas colônias, em 1794, mas Napoleão restabeleceu a escravidão oito anos depois. O próprio liberalismo, inglês ou francês, padeceu desse contrassenso, que, talvez, não seja uma contradição entre o liberalismo e o escravismo, mas somente uma incorporação desse modelo econômico como integrante de um sistema colonial. Trabalho livre na Europa, escravidão nas colônias americanas, tal a ordenação segmentada, estabelecida pela teoria liberal (GORENDER, 2002, p. 211). A exclusão política das classes pobres foi, então, a regra em boa parte do Ocidente. A Inglaterra manteve a escravidão em suas colônias até 1838; a França, até 1848; e os Estados Unidos, até 1861.

No Brasil, particularmente, o advento do liberalismo decorreu antes de tendências intelectuais do que de qualquer transformação econômica mais profunda (SKIDMORE, 2012, p. 67), uma vez que o maior entrave para a difusão das ideias liberais por aqui era justamente a sua incompatibilidade com a realidade do país. Para a burguesia europeia, o Estado liberal, nacional e laico era necessário, contudo, as ideias vindas da Europa não encontravam em solo brasileiro uma estrutura socioeconômica correspondente. Enquanto no velho continente elas serviam a uma burguesia atuante, interessada no desenvolvimento das manufaturas e indústrias e em luta contra a aristocracia que estava em crise, no Brasil elas iriam ser definidas pela aristocracia rural e por uma elite pouco expressiva, dependente quase

que totalmente do Estado ou das camadas populares. Ao mesmo tempo, a economia essencialmente agrária e escravista não possibilitava o desenvolvimento de uma burguesia semelhante à europeia. As camadas senhoriais, que mantinham a base de seu poder na manutenção do trabalho forçado, por sua vez, queriam conservar a liberdade comercial adquirida desde o rompimento do Pacto Colonial, mas não abriam mão do elemento servil. Dessa maneira, pode-se dizer que a escravidão se constituía como o limite do liberalismo no Brasil, revelando, assim, uma trama complexa de contradições. Assim, o que se percebe é que “a coabitação de liberalismo e escravidão em colônias e ex-colônias não foi triste ou farsesco apanágio do Brasil-Império, sendo equivocada a tese de que aqui, e somente aqui, as ideias liberais estavam fora de lugar” (BOSI, 2012, p. 226).

Pensando nas questões das liberdades individuais, da igualdade perante a lei, do direito à propriedade e dos direitos naturais, por conseguinte, muito caras aos pensadores liberais clássicos⁷⁴ e que dividiam as opiniões no século XIX, em oposição ao modo de produção assentado na exploração do elemento servil, fato é que o debate acaba se desvirtuando sempre que um determinado pesquisador confunde o seu mundo, onde a escravidão é condenada sob um ponto de vista moral, com o mundo do escravo, onde a instituição fazia parte da ordem natural das coisas (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009). Em decorrência disso, vale lembrar que a escravidão somente começou a ser uma “vergonha da humanidade” ao final do século XVIII, “seja com os filósofos da Ilustração, como Diderot e Holbach, seja com os economistas primitivos, que acabam por descobrir a ‘irracionalidade’ do trabalho escravo, com seus altos custos vis-à-vis ao trabalho livre” (SILVA, 1989, p. 71). Além do mais,

(...) no Brasil, a condenação moral dos filósofos, tanto quanto a condenação “técnica” de economistas como John Millar, Benjamin Franklin ou Adam Smith, só ganhariam força na segunda metade do século, quando o país independente, fortemente penetrado por ideias e práticas liberais, se integra ao mercado internacional capitalista. A campanha abolicionista, a partir de 1870, materializa as ideias do tempo (SILVA, 1989, p. 71).

⁷⁴ Como pode ser verificado nas obras de John Locke, Adam Smith, David Ricardo, Voltaire, Montesquieu e outros.

O combate à escravidão, portanto, demorou algum tempo para se tornar uma questão relevante nos debates políticos do país (SKIDMORE, 2012, p. 49). Todavia, é a partir dessa constelação de ideias permeadas pelos dilemas deterministas, que a campanha abolicionista passa a assumir cada vez mais força, conquistando, a cada dia, novos adeptos⁷⁵. Desde 1870, mas, principalmente depois de 1886, muitos militantes contrários à servidão se empenharam em “mal aconselhar” escravos e promover fugas coletivas, algumas delas em massa. A propaganda abolicionista, a extinção progressiva do tráfico negreiro, o fundo de emancipação, a liga de mulheres para a libertação de escravos, a imigração estrangeira: tudo concorria para tornar o cativo insuportável. Durante o Segundo Reinado, inclusive, “houve aquilombados e rebeldes em pelo menos metade do Império, em Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e no interior do Rio de Janeiro” (ALONSO, 2015, p. 304-5). Além disso, querendo ou não, “a experiência escrava marcou em profundidade o africano, modificou sua forma de ver o mundo e a si mesmo” (REIS, 1989, p. 109). E é precisamente aqui que a figura de Maria Firmina dos Reis, propondo através de sua literatura a libertação dos cativos, assume relevância.

⁷⁵ Com relação a esse aspecto, Angela Alonso (2015, p. 17-8), em seu mais recente estudo, explica que: “O movimento abolicionista demorou a se configurar no Brasil (...). Para existir, um movimento social precisa organizar associações e eventos públicos, materializar-se como mobilização coletiva, o que só ocorre em conjunturas políticas que facilitam o uso do espaço público para exprimir reivindicações. Tal situação se configurou no Brasil no fim dos anos 1860, graças a três mudanças. Uma foi de cena internacional. Um ciclo de abolições se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba. Ao se mirarem nesse espelho, os brasileiros se viram prestes a restar como último escravismo do Ocidente. A experiência estrangeira funcionou como um repertório político que orientou ações acerca da escravidão no Brasil, com modelos a seguir e exemplos a evitar. Outra transformação produziu-se com a aceleração da urbanização, que propiciou um incipiente espaço público no qual se discutiram assuntos de interesse coletivo, como a modernização do país, e se disseminou um novo padrão de sensibilidade, que redefiniu a escravidão de natural em abominável. A terceira mudança foi de conjuntura política. Em 1868, o Partido Liberal usou o espaço público para contestar a supremacia adversária no sistema político. O governo do Partido Conservador respondeu com modernização: ampliou o acesso ao ensino superior, reduziu os custos da imprensa e propôs uma Lei do Ventre Livre. Tais iniciativas produziram uma crise política intralite e o ingresso de novos atores no debate político. Essa mudança de oportunidades políticas propiciou as condições para o primeiro ciclo de mobilização abolicionista”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrendo acerca do resgate de textos literários de autoria feminina escritos sobretudo durante o século XIX na Europa e que passaram a ser estudados por pesquisadores de várias partes do mundo, já na segunda metade do século XX, Sigrid Weigel (1986, p. 71) registrou em um breve artigo a seguinte passagem:

Um texto descoberto em um arquivo empoeirado não será bom e interessante somente porque foi escrito por uma mulher. É bom e interessante porque nos permite chegar a novas conclusões sobre a tradição literária das mulheres, saber mais sobre como as mulheres desde sempre enfrentaram seus temores, desejos e fantasias e, também, as estratégias que adotaram para se expressar publicamente, apesar de seu confinamento ao pessoal e ao privado.⁷⁶

No Brasil, do mesmo modo, pesquisadores dos quatro cantos do país, investigando os porões de bibliotecas públicas e coleções privadas, vasculhando as seções de obras raras e tendo que lidar com o pó amontoado nas estantes de nossa tão maltratada memória cultural, aos poucos, também fizeram com que inúmeros textos literários de autoria feminina esquecidos no XIX emergissem em plenos séculos XX e XXI, abrindo, assim, novos caminhos para que essas obras pudessem ser reeditadas, lidas, analisadas e colocadas novamente em circulação. Ao contrário do que por muito tempo se imaginou, as mulheres brasileiras não apenas escreveram e publicaram uma grande quantidade de materiais, como constituíram um legado de boa qualidade literária e de valor histórico ímpar para o deleite das futuras gerações.

O nome de Maria Firmina dos Reis, como foi possível observar no primeiro capítulo dessa dissertação, veio à tona a partir da redescoberta de seu romance *Úrsula*, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, que, em 1975, após preparar uma edição fac-similar do livro, acabou doando o original a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Em decorrência desse fenômeno, atualmente, os estudos que tratam de sua produção literária e dos aspectos que compõem sua trajetória vêm aumentando em todo o país, ainda que timidamente, contribuindo para a consolidação de toda uma fortuna crítica dedicada a autora.

⁷⁶ Tradução minha.

Vale lembrar que Firmina participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros e fazendo parte de antologias, além de ter sido professora, música e compositora (TELLES, 1997, p. 412). No âmbito das letras nacionais, particularmente, ela inaugurou a construção de identidades culturais que levam em consideração uma perspectiva outra, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura produzida até então. Como bem observou Eduardo de Assis Duarte (2009, p. 277), inclusive, “ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora constrói para si mesma um outro lugar: o da *literatura afro-brasileira*⁷⁷”. Suas narrativas, não obstante, mesmo tendo como fundamento a estética de cunho romântico, se utilizam da principal manifestação do Romantismo, que é a idealização amorosa, como desvio de atenção, com o intuito de ludibriar o patriarcalismo escravagista em vigência no Império, em torno das questões levantadas por ela sobre a condição das mulheres e dos africanos e afrodescendentes escravizados (NASCIMENTO, 2009, p. 97).

Finalmente, embora a atuação política de Maria Firmina dos Reis tenha se dado de modo indireto e através das letras, ela não pode e nem deve ser subestimada. Até porque, como sugere a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1988, p. 17): “a resistência e a luta da mulher contra a escravidão resgata uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora das esferas de poder e dos quadros político-partidários, mas nem por isso menos importante e eficiente”. Daí, então, a necessidade de se recuperar a produção literária e as ideias dessa escritora, uma das poucas intelectuais afrodescendentes do século XIX de que se tem notícia, cuja trajetória de vida, desde muito cedo, a faria compreender a importância de se propagar e de se estabelecer naquela decadente sociedade brasileira oitocentista os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuindo, assim, para a construção de um país mais justo e sem opressão.

⁷⁷ Grifo do autor.

REFERÊNCIAS

Obras de Maria Firmina dos Reis

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

_____. *Úrsula*. 2ª ed. (impressão fac-similar). Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

_____. Álbum (1853-1903). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. Gupeva (1865). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. Cantos à beira-mar (1871). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. A escrava (1887). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. Composições musicais (s/d). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. *Cantos à beira-mar* (1871). Edição fac-similar. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1976.

_____. *Úrsula*. 3ª ed. Organização, atualização e notas de Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

_____. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

Obras sobre Maria Firmina dos Reis

- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula. In: *Revista de Estudos Feministas*, v.13, n.2, maio/ago., 2005, p. 443-444.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. In: _____. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 222-238.
- _____. Maria Firmina dos Reis (1825-1917). In: _____. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 193-196.
- _____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol. 1: Precursores)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 111-126.
- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, p. 9-14.
- MENDES, Algemira de Macêdo. Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX. In: FERREIRA, Elio; MENDES, Algemira de Macêdo (Orgs.). *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades*. São Paulo: Quilombhoje, 2011, p. 23-39.
- _____. *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revistando o Cânone*. Lisboa: Chiado Editora. 2016.
- MONTELLO, Josué. A primeira romancista brasileira, *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1975. Republicado em Madrid, Espanha, com o título La primera novelista brasileña, *Revista Cultura Brasileña*, número 41, junio 1976.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.2, n.2, jul./dez. 2013, p. 247-260.
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis*. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.
- TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, jan./jul, 1989, p.73-83.

_____. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

_____. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

Teses e dissertações sobre Maria Firmina dos Reis

- ABREU, José António Carvalho Dias de. *Os abolicionismos na prosa brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis*. 2013. 472 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- CORREIA, Janaína dos Santos. *O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil*. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- DIOGO, Luciana Martins. *Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras “Úrsula” e “A Escrava” de Maria Firmina dos Reis*. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MENDES, Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MENDES, Melissa Rocha Teixeira. *Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da primeira metade do século XIX a partir do romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro*. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- RIO, Ana Carla Carneiro. *Autoria, devir e interdição: os “entre-lugares” do sujeito no romance Úrsula*. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.
- SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX*. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

Bibliografia

- ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. *A realidade da ficção: ambiguidades literárias e sociais em "O Mulato" de Aluísio Azevedo*. São Paulo: Alameda, 2012.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Cultura Popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. In: *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 3, n. ½, jan./dez., 1999, p. 29-65.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. In: *Boletim da FFCL/USP*, n. 208, Geografia n. 11, São Paulo, 1956, s/p.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. Prefácio de Silvio Romero. Aracajú: Editora do Estado de Sergipe, 1926.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970 [1883-1902].
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- _____. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção Nacional 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 225-279.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. Condição de classe e posição de classe. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a, p. 3-25.
- _____. O mercado dos bens simbólicos. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b, p. 99-181.
- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito*. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1959].
- _____. O escritor e o público. In: _____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 83-98.
- CARREIRA, Antonio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. 2 vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.
- CARVALHO, Claunísio Amorim. Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. In: *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v.4, n.2, dez. 2006, p. 53-69.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. As marcas do período. In: _____ (Coord.). *A construção Nacional 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 19-35.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, 2004, p. 57-79.
- CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. In: _____. (Org.). *Arte e Política*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007, p. 13-39.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CORREA, Frederico José. *Um livro de crítica*. São Luís: Tip. do Frias, 1878.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 [1959].
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002, p. 171-188.
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: *Úrsula*. In: *Revista de Estudos Feministas*, v.13, n.2, maio/ago, 2005, p. 443-444.
- _____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Notas sobre a literatura brasileira afrodescendente. In: _____; SCARPELLI, Marli de Oliveira Fantini (Org.). *Poéticas da diversidade*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários/Faculdade de Letras da UFMG, 2002, p. 47-61.

- _____. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- _____. (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol 1: Precusores)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. Literatura afro-brasileira. In: SILVA, Cidinha da (Org.). *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014, p. 41.
- DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: poema épico do descobrimento da Bahia, composto por Frei José de Santa Rita Durão, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, natural da Cata Preta nas Minas Gerais. São Paulo: Cultura, 1945.
- FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- FARIA, Regina Helena Martins. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1998.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. *Primeiras Trovas Burlescas de Luiz Gama (1830-1882) e outros poemas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Com a palavra, Luiz Gama*. Poemas, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- _____. De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se livre: agentes histórico e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: EdUSP, 2015, p. 213-236.
- GORENDER, Jacob. Liberalismo e escravidão. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, 2002, p. 207-222.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Pai Tomás no romantismo brasileiro. In: *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, v.12, n. 13, 2013, p. 421-429.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/EdUSP, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- JACKSON, Luiz Carlos. Antonio Candido: crítica e sociologia da literatura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 268-281.

- JORGE, Sebastião. *A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900)*. Homenagem aos 200 anos da imprensa no Brasil. São Luís: Lithograf Editora, 2008.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3ª ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- LALO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1966.
- LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. In: _____. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 222-238.
- _____. Maria Firmina dos Reis (1825-1917). In: _____. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 193-196.
- _____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (vol. 1: Precursores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 111-126.
- LOPES, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.
- LOPES, Nei. *Dicionário literário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, p. 9-14.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. In: *Animus*. Revista interamericana de comunicação midiática, v.18, jul./dez., 2010a, p. 107-129.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume III (1855-1877). 3ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010b [1979].
- MATTOS, Patrícia. *O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil*. Trabalho publicado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia: Curitiba, 2011.
- MEIRELES, Mario Martins. *História do Maranhão*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de documentação do DASP, 1960.
- MENDES, Algemira de Macêdo. Maria Firmina dos Reis: uma voz na história da literatura afro-brasileira do século XIX. In: FERREIRA, Elio; MENDES, Algemira de Macêdo (Orgs.). *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades*. São Paulo: Quilombhoje, 2011, p. 23-39.

- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed. (revisada, aumentada e atualizada). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].
- MONTELLO, Josué. A primeira romancista brasileira, *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1975. Republicado em Madrid, Espanha, com o título La primera novelista brasileña, *Revista Cultura Brasileña*, número 41, junio 1976.
- MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* (Vol. 1). Florianópolis: Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- _____. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun., 2003, p. 225-233.
- _____. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia* (Vol. 2). Florianópolis: Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- _____. (Org.) *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* (Vol. 3). Florianópolis: Editora Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- _____. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.2, n.2, jul./dez., 2013. p. 247-260.
- NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro*. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PAXECO, Manuel Fran. *Geografia do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tip. Teixeira, 1923.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004, p. 161-193.
- RAGO, Margareth. Prefácio. Em defesa da escrita feminina. In: TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012, p. 13-19.

- REIS, João José. O levante dos Malês: uma interpretação política. In: _____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 99-122.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.
- _____. Gupeva (1865). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1943 [1888].
- SAID, Edward Wadie. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SABINO, Ignez. *Mulheres illustres do Brazil*. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996 [1899].
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
- SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SANTOS NETO, Manoel. *O negro no Maranhão*. São Luís: Clara Editora, 2004.
- SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____; BOTELHO, André. Esse enigma chamado Brasil: apresentação. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 10-17.
- _____; _____. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 82, 2011, p.139-159.

- _____; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62-78.
- SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985 [1938].
- SPIX, Johan von; MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: EdUSP, 1981 [1824-1832].
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? In: *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1991, p. 101-119.
- TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX*. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- _____. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, jan./jul. 1989, p.73-83.
- _____. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.
- _____. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1981 [1916].
- WEIGEL, Sigrid. La mirada bizca: sobre la historia y la escritura de las mujeres. In: ECKER, Gisela (Ed.). *Estética feminista*. Barcelona: Içaria Editorial, 1986, p. 69-98.